

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 17 VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Processo n 5020957-93.2022.4.02.5101

KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. (“KARPOWERSHIP”), já qualificada nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe que lhe move o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** (“MPF”), por seus advogados, com fundamento no art. 335 do Código de Processo Civil (“CPC”), apresentar contestato, conforme se passa a expor.

I. TEMPESTIVIDADE

1. A KARPOWERSHIP compareceu espontaneamente aos autos no dia 26.03.2022 (sábado), de modo que o início do prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentao de contestato se deu no dia 28.03.2022 (segunda-feira), dia útil seguinte, nos termos do art. 214,  1 do CPC, com término em 20.04.2022 (quarta-feira), considerando a suspensão dos prazos processuais nos dias 13, 14, e 15.04.2022, conforme disposio das Portarias n TRF2-PTP-2021/00458, TRF2-PTP-2021/00459 e TRF2-PTP-2021/00460 (**doc.1**).

2. A KARPOWERSHIP se reserva, todavia, ao direito de complementar a presente defesa após aditamento da inicial pelo MPF, conforme determinado no Evento #4, ou após eventual realizao de audiência de conciliao.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

II. SUMÁRIO DA CONTESTAO

3. Na tentativa de contribuir ao máximo com esse MM. Juízo, em especial considerando a grande confusão gerada a partir das afirmativas equivocadas constantes da inicial, a KARPOWERSHIP apresenta, abaixo, sumário contendo a matéria de defesa que será aduzida, bem como das informações já apresentadas até então:

A) Histórico do licenciamento do Projeto da KARPOWERSHIP	Evento #8 Item XI da contestação
B) Tentativa de transferência do licenciamento ambiental ao Poder Judiciário	Evento #8, p.1, Item 1/19 Item IV da contestação
C) O Projeto UTE Rio de Janeiro	Evento #8, p. 10, Item 20 Item V da contestação
D) Interesse da União e da ANEEL na lide	Evento #8, p. 11, Item 26 Item VI da contestação
E) Interesse do Estado do Rio de Janeiro na lide	Item VII da contestação
F) Inépcia da petição inicial	Evento #8, Item 9/19 Item VIII da contestação
G) Ausência de interesse de agir do MPF	Evento #8, Item 9/19 Item IX da contestação
H) Perda de objeto dos pedidos 2.4 a 2.7	Item X da contestação
I) Licenciamento ambiental regular	Evento #8, p.11, Item 27 Item XI da contestação
J) Impossibilidade de responsabilização da KARPOWERSHIP por danos presumidos e hipotéticos	Item XII da contestação
K) Impossível inversão do ônus da prova	Item XIII da contestação
L) Necessário indeferimento dos pedidos de tutela antecipada	Evento #8, Item 63/77 Item XIV da contestação





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

III. RESUMO DOS ESCLARECIMENTO SOBRE AS PRINCIPAIS TESES DA DEMANDA

4. De plano, e de modo a permitir uma rápida avaliação dos principais equívocos perpetrados pelo MPF, a KARPOWERSHIP apresenta resumo esquemático de todos os esclarecimentos que, por si só, evidenciam a temeridade da presente demanda:

PRINCIPAIS ALEGAOES DO PARQUET	ESCLARECIMENTOS
O projeto tem potencial para impactos cumulativos e sinérgicos, merecendo uma avaliação conjunta e contextualizada. Portanto, o processo de licenciamento não pode ser dividido.	Não houve separação de licenciamento ambiental, mas condução de dois procedimentos distintos com base nas características das atividades licenciadas. O projeto é tratado como uno perante o órgão ambiental competente, Projeto UTE Rio de Janeiro.
A LAI foi emitida sem o prévio e indispensável estudo dos impactos ambientais mais detalhados, bem como sem a necessária audiência da comunidade local (atráves de audiência pública), o que demonstraria o encurtamento das etapas e a supressão de atos essenciais, principalmente ao verificar se a LAI foi emitida após 2 semanas do Acordo de Cooperação Técnica.	A LAI foi emitida seguindo os ritos definidos para este tipo de atividade, sendo certo que as características da linha de transmissão (extensão, tensão, localização) não exigem a elaboração de EIA/RIMA, nem de realização de consulta pública, conforme legislação estadual (Lei Estadual n 1.356/1988).
A competência para licenciamento permanece federal, tendo em vista que os 2 projetos impactarão diretamente o mar territorial e a zona costeira, bem como pela capacidade total do projeto (560MW).	A competência para licenciamento ambiental não é amparada em titularidade do bem, mas em tipologia e respectivo impacto da atividade. Ademais, de acordo com a Lei Federal n 8.617/1993, a área da Baia de Sepetiba não corresponde à mar territorial, mas água de interior. E, ainda, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica n 5/2022 entre o IBAMA e o INEA com o objetivo de transferir a execução do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro.
A necessidade de proteção da zona costeira, principalmente considerando que a área compreende a interface entre a Zona Costeira e o Bioma Mata Atlântica.	O local em que o projeto será implantado trata-se de área consolidada, em distrito industrial e zona portuária.
Necessidade de elaboração de EIA/RIMA para a instalação da linha de transmissão, considerando que esta atividade possui potencial significativo de causar impacto ambiental.	O INEA classificou a linha de transmissão de médio impacto ambiental e, com base na Lei Estadual n 1.356/1988, a tensão no caso (de 138KV) torna inexigível o EIA/RIMA, o que não significa que estudos ambientais relacionados à implantação desta atividade não tenham sido apresentados, conforme anexos.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

<p>O procedimento de licenciamento adotado foi mutilado e apressado.</p>	<p>O MPF confunde açodamento com caráter estratégico do projeto. O Projeto UTE Rio de Janeiro integra política emergencial de geração de energia da União Federal e foi declarado como estratégico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e de utilidade pública pela ANEEL. Todas as etapas do licenciamento ambiental vêm sendo regularmente cumpridas.</p>
<p>O INEA não solicitou um levantamento detalhado da vegetação, como um inventário de supressão vegetal da Mata Atlântica.</p>	<p>Ao contrário do que o MPF defende, mais do que o inventário florestal, a KARPOWERSHIP realizou Censo Florestal, que contempla a identificação de 100% (cem por cento) dos indivíduos arbóreos onde haverá supressão. Aliás, o INEA já emitiu a Autorização de Supressão de Vegetação (“ASV”), evidenciando a regularidade do procedimento.</p>
<p>Mas tudo está sendo levado adiante sem estudos prévios detalhados, sem inventários das espécies a serem suprimidas, atingindo parcela de vegetação secundária da Mata Atlântica em seus diversos estágios, além de manguezais, área de preservação (também não identificados satisfatoriamente). Tampouco foram apontadas as espécies da fauna que serão impactadas pelo empreendimento.</p>	<p>A KARPOWERSHIP elaborou Censo Florestal, Relatório sobre manejo de espécies vulneráveis à extinção e Plano de Monitoramento de Fauna, conforme documentos já acostados aos autos</p>
<p>O Projeto possui um modelo energético baseado em combustíveis fósseis, que gera poluição por gases de efeito estufa(“GEE”).</p>	<p>O Projeto UTE Rio de Janeiro tem como insumo o GNL, que é considerado combustível de transição energética, tendo em vista seu menor impacto ao meio ambiente. Ademais, todo e qualquer aspecto relacionado aos impactos ambientais causados pelas UTEs serão avaliados pelo INEA no bojo do licenciamento ambiental.</p>

IV. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DEMANDA: EVIDENTE TENTATIVA DE TRANSFERÊNCIA DE LICENCIAMENTO AO PODER JUDICIÁRIO

5. Como é de conhecimento desse MM. Juízo, por meio da presente demanda, o MPF pleiteia, a qualquer custo e de maneira absolutamente injustificada, impedir a operação do empreendimento da KARPOWERSHIP (“Projeto UTE Rio de Janeiro”), que tem sido submetido a criterioso licenciamento ambiental conduzido pelo Instituto Estadual do Ambiente (“INEA”), também réu. Sem mínimo lastro probatório, o MPF requer, em breve síntese, (i) a declaração de nulidade da Licença Ambiental Integrada (“LAI”) nº IN000312 emitida pelo INEA para as torres temporárias de linha de transmissão de energia do Projeto, e (ii) a condenação do INEA na obrigação de não conceder quaisquer licenças que





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

permitam a instalação e operação das referidas torres sem o necessário, prévio, detalhado e aprofundado Estudo de Impacto Ambiental (“EIA/RIMA”).

6. **Amparado em uma suposta e futura presunção de dano**, o MPF ainda vai além e requer, caso esse MM. Juízo não defira os pleitos liminares, a condenação solidária do INEA e da KARPOWERSHIP (i) na obrigação de recuperar as áreas já desmatadas e todo o passivo ambiental existente, e (ii) a indenizar e compensar os danos causados, seja de natureza material ou extrapatrimonial, incluindo-se os danos morais coletivos causados.

7. Como a KARPOWERSHIP já teve oportunidade de evidenciar (Evento #8), se amparando em diversas assertivas de cunho estritamente jurídico, o MPF busca adentrar no mérito de análise de aspectos técnicos exclusivas do órgão licenciador, buscando que esse MM. Juízo defina regras, procedimentos e proibições em manifesta violação à separação dos poderes.

8. Tal fato é claramente extraído dos diversos “sub-pedidos” formulados pelo MPF:

“2.1) apenas subsidiariamente em relação ao item anterior, a condenação do INEA na obrigação de não conceder quaisquer licenças que permitam a instalação e operação das 36 torres linhas de transmissão de energia, sem o necessário, prévio, detalhado e aprofundado estudo ambiental (em sentido amplo, de modo a abarcar o RAS, que no entanto não pode prescindir de elementos essenciais para um estudo ambiental minimamente efetivo).Tais estudos ambientais devem:

2.2) em relação às 36 torres temporárias de linha de transmissão de energia, cuja viabilidade ambiental deve ser estudada e avaliada em conjunto com o empreendimento do qual faz parte, qual seja, a instalação e operação das 4 termelétricas, o EIA/RIMA deve abranger todos os aspectos exigidos nas resoluções do Conama de 01/1986 e 237/1997, de modo a permitir uma abordagem ampla, profunda, holística, completa, interdisciplinar e sistêmica dos dois empreendimentos em conjunto. Nesse sentido, deverá abranger os meios físico, biológico e ecossistemas naturais, e o socioeconômico. Deve também compreender e identificar previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e de médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas, a distribuição dos ônus e benefícios sociais; a criteriosa avaliação de impactos deve obrigatoriamente apontar riscos, alternativas, melhores soluções, de modo a vislumbrar uma visão integrada e ampla sobre os aspectos geográficos, hidrográficos, hidrológicos, biológicos, sócio-econômicos, levando-se em conta, inclusive, os benefícios e riscos para as comunidades circunstantes. Além





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

disso, deve abarcar minudente especificação das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas; programa de acompanhamento e monitoramento, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados, além de indispensáveis planos de contingenciamento para o caso de acidentes.

2.3) abordar todas as alternativas técnicas e locacionais para o empreendimento, de acordo com a melhor tecnologia disponível para atender aos interesses da preservação ambiental, evitando-se ao máximo a supressão de vegetação da Mata Atlântica.

2.4) apontar quais as possibilidades para evitar a supressão de vegetações secundárias em estágio avançado, manguezais e outras áreas de preservação permanente.

2.5) aferir a possibilidade de reflorestamento *in situ*, com reposição da vegetação nativa, na forma do artigo 17 da Lei 11.428/2006, para os casos de supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, com destinação de área equivalente  extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica,

2.6) Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no item anterior, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente  desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica (artigo 17, parág. 1, Lei 11.428/2006), optando-se pela compensação financeira somente na absoluta impossibilidade da compensação *in natura*.

2.7) A realização de um efetivo e adequado inventário sobre as espécies da flora e da fauna presentes no ecossistema e que serão atingidos pelo empreendimento, providenciando-se, caso necessário, um programa de resgate, resguardo e reposição ao ecossistema.

2.8) avaliar como o empreendimento contribui para as mudanças climáticas, como se insere nos esforços para cumprimento de metas climáticas, se  absolutamente necessário e, caso efetivamente seja, quais as medidas possíveis para garantir que as emissões sejam tão mitigadas quanto o possível.”

9. Mesmo que se compreenda e respeite a preocupação do MPF, todos os pedidos acima listados estão sob a esfera de análise e exigência do INEA, e não do *Parquet*. Ora, a leitura mais atenta dos pleitos ministeriais para se verificar que o MPF busca a chancela do Poder Judiciário para atuar como se órgão ambiental fosse, ditando as regras – jurídicas e, também, técnicas – do processo de licenciamento ambiental, em evidente intervenção injustificada na separação de poderes e na atuação da Administração Pública.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

10. Não se desconhecesse o fundamental papel desempenhado pelo MPF, porém a leitura da petição inicial leva o leitor a acreditar que o *Parquet* simplesmente não confia na atuação dos órgãos ambientais e, partir disso, apresenta narrativa de irregularidades nas mais diversas áreas de atuação. Em outras palavras, ao ver ministerial, os órgãos públicos envolvidos, ANEEL, IBAMA e INEA, entre outros, não estariam cumprindo seu mister, cabendo ao MPF judicializar análise que, de acordo com jurisprudência pacífica, é restrita à atuação da Administração Pública.

11. Como já evidenciado pela KARPOWERSHIP – e que isso não seja, de forma alguma, confundido como tentativa de evitar o controle de legalidade pelo Poder Judiciário (Eventos #2 e #8) – este e. Tribunal já registrou ser absolutamente reprovável a intervenção do Poder Judiciário na atuação administrativa, especialmente para análise de questões técnicas, conforme brilhante voto do e. Desembargador Alcides Martins quando do julgamento do agravo de instrumento nº 0002739-21.2018.4.02.0000:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO. PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. VALOR HISTÓRICO. BEACHROCKS DE JACONÉ. LICENÇA DE INSTALAÇÃO. CONTROLE JUDICIAL PRÉVIO. AGRAVO PROVIDO. 1. (...) 2. Com efeito, o art. 8º, II, desta resolução dispõe que **o Poder Público expedirá a licença de instalação, a qual autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante**. 3. Em verdade, as restrições as quais se sujeitam a agravante decorrem de limitações administrativas, impostas no interesse público, e constituem objeto do direito público, mais especificamente do direito administrativo, pois cabe à Administração Pública o exercício desta atividade de restrição do domínio privado, por meio do poder de polícia fundado na supremacia do interesse público sobre o particular. 4. A intervenção judicial, in casu, deverá restringir-se aos aspectos da legalidade do procedimento da concessão da licença, **não podendo, entretanto, imiscuir-se previamente nas questões técnicas acerca da conclusão para concessão da referida licença de instalação, a qual se encontra em plano autônomo e independente de atuação administrativa**. 5. Cabe ressaltar que nada impede que a licença de instalação, em se verificando qualquer ilegalidade, seja submetida, a posteriori, ao crivo do Poder Judiciário pelas partes. 6. Agravo de instrumento provido para que seja excluído o termo “a emissão da referida licença deverá ser objeto de prévia autorização deste Juízo” do dispositivo do decum”. (TRF-2 – Agravo de Instrumento nº 0002739-21.2018.4.02.0000, Relator: Alcides Martins, Data de Julgamento: 08.10.2019 - destacou-se – Evento #8, ANEXO3)





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

12. De toda sorte, tal como não cabe ao Poder Judiciário atuar em substituição à Administração Pública, tampouco tal mister compete ao *Parquet*. Sobre o assunto, o próprio Conselho Nacional do Ministério Público já editou Recomendação Conjunta Presi-CN nº 2/2020¹ que tem por objetivo evitar o ajuizamento de demandas como a que ora se responde:

“Art. 1º Recomendar aos membros do Ministério Público brasileiro que atentem para os limites de suas funções institucionais, evitando-se a invasão indevida das atribuições alheias e a multiplicação dos conflitos daí resultantes.

Art. 2º Recomendar aos membros do Ministério Público brasileiro que, na fiscalização de atos de execução de políticas públicas, seja respeitada a autonomia administrativa do gestor e observado o limite de análise objetiva de sua legalidade formal e material.

Parágrafo único. Diante da falta de consenso científico em questão fundamental à efetivação de política pública, é atribuição legítima do gestor a escolha de uma dentre as posições díspares e/ou antagônicas, não cabendo ao Ministério Público a adoção de medida judicial ou extrajudicial destinadas a modificar o mérito dessas escolhas.” (destacou-se)

13. Assim, as assertivas equivocadas do MPF, conforme a KARPOWERSHIP já teve a oportunidade de detalhar (Evento #8), não podem, de forma alguma, servir de justificativa para a intervenção do Poder Judiciário no licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro.

V. CONHECENDO O PROJETO UTE RIO DE JANEIRO

14. Como já oportunamente esclarecido (Evento #8), o Projeto UTE Rio de Janeiro foi criado como medida emergencial e temporária de geração de energia no País, reduzindo a pressão sobre o modelo existente que, como se sabe, repousa em grande parte sobre a matriz hídrica. Assim, dado o cenário de escassez hídrica, que em 2021 atingiu índices alarmantes, com potencial de crise de oferta energética, foi editada Medida Provisória nº 1.055/2021², que tinha por objetivo estabelecer medidas

¹ Disponível em <<https://www.cnpm.mp.br/portal/images/Recomendacoes/RECOMENDAO-CONJUNTA-PRESI-CN-N-2-DE-19-DE-JUNHO-DE-2020-1.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2022.

² Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.055-de-28-de-junho-de-2021-328509026>>. Acesso em 30 mar. 2022.



emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos no Sistema Interligado Nacional (“SIN”), a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

15. Amparado na referida Medida Provisória, o Ministério de Minas e Energia (“MME”) editou a Resolução n 4/2021³, visando a realização de Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade (Procedimento Competitivo Simplificado), que previa a adoção de procedimentos simplificados de modo a garantir a implantação e operação de atividades para geração e suprimento de energia, já com início em 2022.

16. Na referida resolução, o MME ainda determinou, no bojo da própria Resolução, ao Ministério de Meio Ambiente (“MMA”) que, em articulação com demais órgãos e entidades competentes, adotasse providências necessárias para que o licenciamento ambiental dos empreendimentos que participarem do Procedimento Competitivo Simplificado em prazo compatível com o necessário para propiciar o incremento de oferta de energia elétrica no Pas⁴.

17. A KARPOWERSHIP participou com sucesso do Leilão Simplificado de Energia de Reserva, de acordo com a Portaria Normativa n 24/GM/MME/2021, tendo sido posteriormente autorizada, pelas Resoluoes ANEEL n 10.869/2021, n 10.870/2021, n 10.873/2021 e n 10.874/2021 (Evento #1, ANEXO2, Página 332/351) a atuar como Produtor Independente de Energia, através da implantação e operação de quatro Usinas Termelétricas (“UTES”) com localização em Itaguaí/RJ.

18. Considerando inclusive a transitoriedade da atividade, a KARPOWERSHIP optou por installas em modalidade flutuante (*Powerships*), acompanhada de uma Unidade Flutuante de Armazenamento e Regaseificação de GNL (FSRU), a serem ancorados em área específica na Baía de Sepetiba no Rio de Janeiro, além da instalação de pequena linha de transmissão de energia, que atravessar os

³ Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-9-de-setembro-de-2021-345099271>>. Acesso em 30 mar. 2022.

⁴ “Art. 2 Determinar ao Ministério de Meio Ambiente que, em articulação com demais órgãos e entidades competentes, adote providências necessárias para que o licenciamento ambiental dos empreendimentos que participarem da contratação de que trata o art. 1 se d em prazo compatível com o necessário para propiciar o incremento de oferta de energia elétrica no País.”





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro. Tais embarcações, que integram o denominado Projeto UTE Rio de Janeiro, possuem capacidade contratada de 560 MW.

19. O Projeto UTE Rio de Janeiro foi concebido para ser temporário e, por isso, de fácil mobilização, comissionamento, desmobilização e descomissionamento, a permitir a célere implantação e operação da atividade sem a necessidade de intervenções expressivas de caráter permanente, evitando o máximo de impactos ambientais quanto possível, em especial considerando aqueles normalmente causados em implantação de UTEs convencionais, que são construídas em área continental e demandam significativa quantidade de recursos naturais.

20. A área escolhida para implantação do Projeto UTE Rio de Janeiro é reconhecidamente consolidada: parte do Projeto UTE Rio de Janeiro será implantada em área do Distrito Industrial de Santa Cruz, localizado no município do Rio de Janeiro, classificada exclusivamente como Zona Industrial Municipal, e parte na poligonal de porto organizado, que tem como objetivo atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias.

21. Vale lembrar, ainda, que a relevância do Projeto UTE Rio de Janeiro já foi, inclusive, reconhecida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro que, no dia 28.12.2021, declarou o Projeto da KAR-POWERSHIP como estratégico (Evento #1, ANEXO2, Página 437). Aliás, importante registrar que a ANEEL recentemente aprovou a declaração do projeto como de utilidade pública, circunstância que reforça sua importância e compatibilidade com a decisão estratégica de enfrentamento da crise hídrica e o risco de comprometimento da matriz energética nacional.

22. Assim, trata-se de projeto extremamente relevante, conforme reconhecimento pelo Poder Público, que representa inovação e redução no impacto ambiental, quando comparado com projetos tradicionais.



VI. QUESTÃO PRELIMINAR: INTERESSE DA UNIÃO E DA ANEEL

23. A descrição do Projeto UTE Rio de Janeiro, por si são, revela o manifesto interesse jurídico da União e da ANEEL no feito, porquanto o projeto da KARPOWERSHIP é oriundo de política implementada pela Administração Pública Federal com o intuito de aumentar a oferta de energia elétrica através do uso de fontes outras que não a hídrica, o que será devidamente demonstrado em contestação.

24. Como antecipado, o Projeto UTE Rio de Janeiro foi autorizado como medida emergencial e auxiliar na geração de reserva energética considerando o cenário de instabilidade e escassez hídrica do país, tratando-se,  toda evidência, de projeto de interesse federal.

25. O interesse jurídico da União no feito  extraído do fato de que o Procedimento Competitivo Simplificado para Contratação de Reserva de Capacidade, do qual a KARPOWERSHIP participou, foi pensado e executado pelo MME como política relevante  gestão energética do país, visando a redução da dependência das hidrelétricas e a redução da tarifa cobrada dos usuários. É o que se extrai do portal eletrnico do MME⁵:

“O procedimento será realizado em outubro e tem o objetivo de preservar a continuidade e a segurança do suprimento de energia elétrica aos consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN). Espera-se que os recursos de geração que serão contratados contribuam para o robustecimento do sistema e o replecionamento dos reservatórios das hidrelétricas, com preços menores do que os atualmente praticados considerando os recursos adicionais acionados.”

26. Já o interesse da ANEEL é evidenciado tanto pelo fato de ter autorizado a KARPOWERSHIP a atuar como Produtor Independente de Energia através das Resoluções ANEEL n 10.869/2021, n 10.870/2021, n 10.873/2021 e n 10.874/2021 (Evento #1, ANEXO2, Página 332/351) quanto pelo fato de ter aprovado o reconhecimento do caráter de utilidade pública do Projeto UTE Rio de Janeiro.

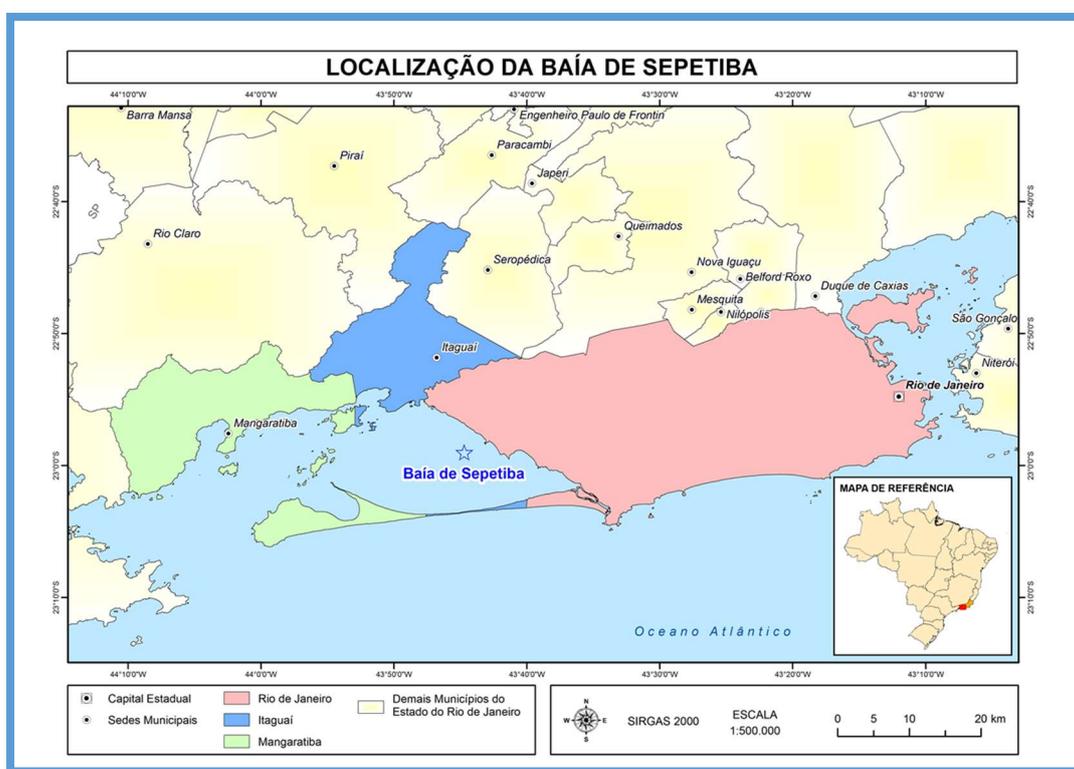
27. Assim, a discussão posta na presente demanda é de interesse inequívoco da União e da ANEEL porquanto futura decisão judicial poderá afetar a esfera de direitos das referidas entidades públicas, com risco, inclusive, de impacto sobre a atuação do Poder Público federal no planejamento

⁵ Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-divulga-diretrizes-para-o-procedimento-competitivo-simplificado-de-2021>. Acesso em 16 mar. 2022.



do suprimento energético em todo o País. Als, tal aspecto já havia sido observado por este MM. Juízo que, no Evento #4, determinou a emenda à inicial pelo MPF para inclusão da ANEEL no polo passivo.

28. De mais a mais, apenas para que nada passe despercebido, o interesse da ANEEL e da União no caso é o único critério capaz de manter a competência da Justiça Federal, uma vez que, ao contrário do que fora argumentado pelo MPF, o Projeto UTE Rio de Janeiro será operado na baia de Sepetiba, portanto, em águas interiores, e não em mar territorial como ventilado na peça exordial. É o que se extrai das imagens abaixo:



Mapa da Baia de Sepetiba/RJ



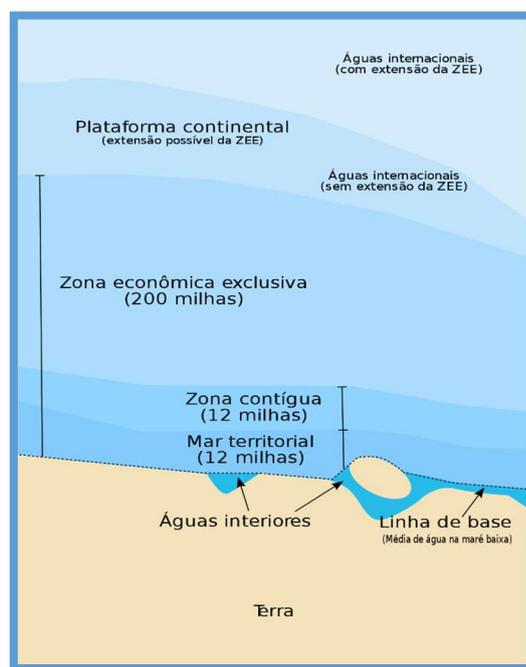


Imagem que evidencia a divisão entre as águas, evidenciando que o interior de baas é considerado como águas interiores

29. Desta forma, é de se requerer a intimao da União e da ANEEL para que integrem o feito.

VII. QUESTÃO PRELIMINAR: INTERESSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

30. É relevante também pontuar o interesse do Estado do Rio de Janeiro na lide, considerando que há pedido relacionado à Comissão Estadual de Controle Ambiental (“CECA”), rgo vinculado à Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (“SEAS”).

31. Talvez sem ter atentado para a questão, o MPF requer “a condenao do INEA na obrigao de não conceder quaisquer licenças que permitam a instalao e operao 36 torres temporárias de linha de transmissão de energia, sem o necessário, prévio, detalhado e aprofundado Estudo de Impacto Ambiental”, sem notar, contudo, que o INEA não detm a atribuio, no presente caso, de decidir sobre a exigibilidade ou não de EIA/RIMA.

 Conforme facilmente se extrai do portal eletrnico: <http://www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=AMBI-ENTE>.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

32. No Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual nº 1.356/1988 (Evento #8, ANEXO15), que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação de EIA/RIMA, estabelece, no §5º do art. 1º que compete exclusivamente à CECA⁷, e não ao INEA, declarar a inexigibilidade de elaboração do EIA/RIMA, desde que não haja qualquer flexibilização das medidas de controle ambiental do empreendimento:

“Art. 1º Dependerá da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA a serem submetidos à aprovação da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, o licenciamento da implantação e da Ampliação das seguintes instalações e/ou atividades:

(...)

§ 5o **A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA**, com base em parecer técnico da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA - que conclua pela ausência de potencial e significativo dano ambiental, **poderá dispensar, para as instalações e/ou atividades constantes nos incisos do caput, a elaboração do estudo de impacto ambiental**, desde que a licença preveja as medidas necessárias à preservação e proteção do meio ambiente, aplicando-se o disposto neste parágrafo aos licenciamentos já concedidos, que tenham atendido aos seus termos”.

33. Nesse sentido, eventual decisão desse MM. Juízo acerca da exigência ou não de EIA/RIMA não será oponível ao INEA, mas à CECA, integrante, em última análise, do Poder Executivo estadual, devendo ser representada processualmente pelo Estado do Rio de Janeiro.

34. O claro interesse do Estado do Rio de Janeiro no caso também é extraído da própria declaração do Projeto da KARPOWERSHIP como estratégico (Evento #1, ANEXO2, Página 437), momento em que pontuou os inúmeros benefícios do projeto, em especial, a criação de empregos diretos e indiretos e o aumento da arrecadação de tributos.

35. Desta forma, é de se requerer a intimação do Estado do Rio de Janeiro para que manifeste interesse em integrar o feito.

⁷ A competência da CECA no caso é extraída do art. 4º do Decreto-Lei Estadual nº 134/1975, que atribuiu à CECA a competência para autorizar a operação de instalações ou atividades potencialmente poluidoras: “Art. 4º - A Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA, observada a política de desenvolvimento econômico e social do Estado, atuará na prevenção da poluição ambiental e controle da utilização racional do meio ambiente, competindo-lhe: (...) III - autorizar a operação de instalações ou atividades potencialmente poluidoras.”





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

36. Caso, contudo, não se entenda pelo ingresso do Estado do Rio de Janeiro no feito, considerando a ilegitimidade passiva do INEA para o pedido “2)”, não restará outra solução senão o indeferimento da petição inicial no que concerne ao referido pedido, na forma do art. 330, inciso II c/c artigo 485, inciso I, ambos do CPC.

VIII. QUESTÃO PROCESSUAL: INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

37. Da leitura da exordial, elaborada a partir de uma conjunção de excertos normativos e do uso indistinto de princípios ambientais, o MPF descreve verdadeiro cenário de iminente calamidade ambiental, o que, com todo o respeito, não se sustenta. Aliás, reforça-se aqui a crítica dirigida ao MPF no sentido de que não fora devidamente oportunizada à KARPOWERSHIP apresentar manifestação no âmbito do procedimento preparatório que deu base à presente demanda, circunstância que, se bem analisada, poderia ter contribuído para o esclarecimento de diversos pontos suscitados pelo *Parquet* Federal.

38. Como já se teve a oportunidade de discorrer (Evento #8), inobstante o MPF se valer da crítica de que o licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro estaria ocorrendo de forma atropelada (“*licenciamento mutilado e açodado*”, e “*atrofiado processo de licenciamento continua seguindo a toque de caixa*”, fls. 10 e 33 da inicial.), verifica-se que a exordial é confusa, omissa e distante da realidade dos fatos.

39. Sem indicar efetivamente qualquer ilegalidade procedimental ou material no licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro, o MPF busca discutir o mérito técnico, a partir de fundamentos jurídicos, confundindo os procedimentos adotados no licenciamento ambiental conduzido regularmente pelo INEA.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

40. Não só, o MPF ainda apresenta informações claramente equivocadas, como, por exemplo, a referência de que o Projeto UTE Rio de Janeiro será implantado em mar territorial⁸. O projeto localiza-se na baía de Sepetiba, portanto, em águas interiores. Além disso, o MPF requer que a KARPOWERSHIP indique, e o INEA avalie, as alternativas locais do Projeto UTE Rio de Janeiro, o que já consta do Memorial Descritivo (Evento #1, ANEXO2), documento juntado pelo próprio MPE. O mesmo ocorre com o pedido de elaboração de inventário florestal, quando, na verdade, a KARPOWERSHIP já elaborou Censo Florestal, documento ainda mais completo e devidamente avaliado pelo INEA para a emissão da licença ambiental referente à linha de transmissão.

41. Nesse sentido, vale transcrever as lições do jurista Daniel Amorim Assumpção Neves que registra a importância de a petição inicial conter a apresentação lógica dos argumentos, dando sentido aos pleitos finais: *“A petição inicial deve conter uma ordem lógica entre os argumentos utilizados pelo autor e a conclusão a que chega quando formula seu pedido. Eventual incompatibilidade lógica gera o indeferimento da petição inicial.”* (destacou-se).

42. Nada disso ocorre no caso, na medida em que o *Parquet* ajuizou demanda extremamente temerária, não fundamentada, narrou os fatos de forma incompatível com a realidade fática, o que, para além de configurar inépcia da exordial, impede, ou ao menos dificulta, o pleno exercício do sagrado direito de defesa.

43. Aliás, com o devido acatamento, até a formulação dos pedidos (Evento #1, INIC1, pp. 36/38) se apresenta de forma confusa, impedindo a adequada identificação de quais são os pleitos principais, subsidiários e/ou alternativos, dada a confusão perpetrada pelo *Parquet*.

44. Assim, não se verifica na exordial causa de pedir bem delineada a justificar a propositura da ação, coerência dos pedidos apresentados, muito menos comprovação mínima daquilo que se alega, em franca violação ao que estabelecem os arts. 319 e 320 do CPC. O posicionamento jurisprudencial confirma a necessidade de extinção do feito, sem resolução do mérito, em casos como o presente:

⁸ “Sobre esse ponto da Lei Complementar 140/2011, é importante dizer que o licenciamento federal para instalação e operação do empreendimento no mar territorial independe da capacidade da termelétrica.”





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

“APELAÇÃO CÍVEL - Ação Civil Pública Ambiental (...) - Sentença que indeferiu a petição inicial, por ausência de interesse de agir. 1) Ilegitimidade ativa configurada - Objetivo social amplo e genérico - Impossibilidade de verificação da pertinência temática. 2) **Inépcia da petição inicial - Causa de pedir e pedidos genéricos - Ausência de indicação de fatos ou atos lesivos ao meio ambiente praticados pela ré.** (...) Senão por isso, a petição inicial é inepta, pois indica de forma genérica o descumprimento de obrigações legais pelo hospital réu, decorrentes não da inobservância da legislação ambiental, mas sim de suposições feitas a partir do não fornecimento dos documentos solicitados extrajudicialmente pela autora. (...)” (TJSP. Apelação nº 0012821-73.2013.8.26.0004. 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente. Des. Rel. Eutálio Porto. J. em 15.05.2014 - destacou-se)

APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - INDEFERIMENTO DA INICIAL E EXTINÇÃO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. DESNECESSÁRIO. 1) **A petição inicial deve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação (art. 320, CPC), cabendo ao Juiz quando verificar que ela não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC, ou que apresenta irregularidades defeitos ou irregularidades, determinar que o autor, no prazo de 15 dias, a emende ou a complete (art. 321, do CPC).** De modo que, se o autor não cumprir a diligência o juiz indeferirá a petição inicial (parágrafo único, art. 321 CPC); 2) Não prospera a alegação de que a extinção do feito, deveria ter sido precedida da intimação pessoal do autor, pois o processo não foi extinto por abandono processual, sendo na hipótese desnecessária a intimação pessoal da parte para efetuar o recolhimento das custas processuais, mas tão somente a intimação do advogado, nos termos do art. 290, do CPC; 3) Apelo conhecido e não provido. (TJ-AP - APL: 00071739220158030001 AP, Relator: Desembargador MANOEL BRITO, Data de Julgamento: 27/06/2019 - destacou-se)

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **INÉPCIA. PETIÇÃO INICIAL OBSCURA E CONFUSA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DOS FATOS E DA CAUSA DE PEDIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. NEGADO PROVIMENTO À APELAÇÃO.** (...) 2. **Não há descrição objetiva do pedido e da causa de pedir que embasariam a propositura da ação civil pública de improbidade administrativa.** 3. **A petição inicial é inepta quando lhe falta pedido ou a causa de pedir, ou quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.** Art. 295, parágrafo único, I e II, CPC/73 e art. 330, § 1º, I e III, do CPC/15. Precedentes do STJ e deste TRF. Negado provimento à apelação.” (TRF3. Apelação Cível nº 0000799-85.2013.4.03.6105. 3ª Turma. Rel. Des. Fed. Nelton dos Santos. J. em 19.4.2017destacou-se)

45. Com o devido respeito, não pode o MPF narrar irregularidades no licenciamento ambiental da UTE Rio de Janeiro ou a iminência de degradações ambientais quando não há um só elemento técnico que aponte nesse sentido.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

46. Exemplo disso é o pedido de condenação solidária do INEA e da KARPOWERSHIP (i) na obrigação de recuperar as áreas já desmatadas e todo o passivo ambiental existente, e (ii) a indenizar e compensar os danos causados, seja de natureza material ou extrapatrimonial, incluindo-se os danos morais coletivos causados. Ou seja, o MPF busca se antecipar e requer a condenação das rs ao pagamento de indenização e recuperação do meio ambiente, sem, contudo, demonstrar a potencial ocorrência e/ou extensão de qualquer dano ambiental ou dano moral coletivo. Tais pleitos não possui qualquer fundamentação – nem na narrativa da exordial, nem nos autos, nem no contexto ftico.

47. Aliás, a petição inicial não apresenta a mínima argumentação quanto ao pleito de condenação por danos morais, que apenas surge, surpreendentemente, como pedido final.

48. De fato, se a causa de pedir tem como fulcro a ocorrência de supostas irregularidades no licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro e a iminência de danos ambientais, e uma vez que tais suposições não foram sequer adequadamente descritas – ausência de conclusão lógica a partir da narrativa dos fatos – ou, muito menos, efetivamente demonstradas, resta evidenciada a incidência das hipóteses de inépcia previstas nos incisos I e III,  1, do art. 330⁹ do CPC.

49. Com a devida vnia, Excelência, argumentos atinentes à necessidade de proteção do meio ambiente e de condução regular do licenciamento ambiental não devem ser utilizados de forma genérica, como no presente caso, sob pena de deslegitimar temáticas de extrema importância. Em suma, a alegação superficial de suposto descalabro ambiental não pode, de forma alguma, autorizar o ajuizamento de demandas frívolas e desatreladas da realidade.

⁹ “Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta; (...)

1 Considera-se inepta a petição inicial quando: (...)

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir; (...)

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; (...)”





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

50. Dessa forma, por não existir a mais mínima coerência entre a narrativa da exordial, a realidade fática e os pedidos, em especial os pedidos “4)” e “5)”, a mesma deverá ser considerada inepta e, por consequência indeferida, de acordo com o que dispõe o art. 485, I, do CPC¹⁰.

IX. MAIS UMA PRELIMINAR: AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO MPF

51. Como já mencionado, a maior prova do açodamento do MPF se extrai do fundamento da ação civil pública, o **procedimento preparatório** nº 1.30.001.000259/2022-70, no bojo do qual, como era de se esperar¹¹, o MPF não alcançou qualquer conclusão sobre os fatos, nem mesmo constatou a ocorrência de qualquer irregularidade.

52. Aliás, a propositura da presente ação civil pública se baseou exclusivamente em conjecturas jurídico-processuais acerca da legislação aplicável ao licenciamento ambiental no País, com base em manifestações das seguintes entidades:

- Notícia de Fato nº 1.30.001.000259/2022-70, referente a Ofício encaminhado pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; (Evento #1, ANEXO2, Página 2/3)
- Cópia dos processos administrativos em trâmite no INEA; (Evento #1, ANEXO2, Página 20/437 e 452/500)
- Protocolo PR-RJ-00012131/2022, referente à denúncia apresentada pelo Instituto Boto Cinza (Evento #1, ANEXO2, Página 438/442).

53. Com todo o respeito às nobres funções do *Parquet*, não há como se considerar que a parca documentação acima seja suficiente para consubstanciar a propositura da presente demanda, mormente ao se considerar que o INEA, órgão competente pelo licenciamento das atividades, já atestou a

¹⁰ “Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; (...)”

¹¹ Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público:

Art. 1º *Omissis* § 4º O Ministério Público, de posse de informações previstas nos artigos 6º e 7º da Lei nº 7.347/85 que possam autorizar a tutela dos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

regularidade dos procedimentos adotados nos autos do procedimento preparatório – o que é de plena ciência do MPF (Evento #1, ANEXO4, Página 29/33).

54. Vale rememorar que a presente demanda não se revela a primeira tentativa do MPF de impedir o regular licenciamento do projeto da KARPOWERSHIP, vez que já havia emitido Recomendação ao INEA, em 15.03.2022, solicitando que o órgão ambiental, **no prazo de 05 dias**, anulasse a licença ambiental concedida (Evento #1, ANEXO2, Página 443/450). O pedido se afigurou tão absurdo que o próprio INEA apresentou esclarecimentos ao MPF em 22.03.2022, apontando, naquela ocasião, que os argumentos suscitados não eram suficientes para desconstruir as análises técnicas e jurídicas do órgão ambiental competente¹².

55. Naquela ocasião, o INEA apresentou ao MPF todas as informações do licenciamento ambiental, as quais, contudo, foram surpreendentemente desconsideradas quando da elaboração da exordial, que, frise-se, não tece uma linha sobre relevantíssimos pontos do Projeto, em especial:

- (i) o empreendimento da KARPOWERSHIP é de caráter temporário, com duração de 44 meses, e foi declarado estratégico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em vista de sua importância ambiental, econômico-financeira e social, tendo como parâmetros, em conjunto ou isoladamente, o potencial de geração de empregos e de fomento da economia, o potencial de incremento de arrecadação tributária do Estado do Rio de Janeiro, conforme preceitua o Decreto Estadual n.º 46.890/2019 (art. 16), e a própria finalidade de suprir o Sistema Interligado Nacional com energia elétrica estável, menos impactante ao meio ambiente pois utiliza GNL (Gás Natural Liquefeito) e firme em cenário delicado de reserva hídrica no País; (Evento #1, Anexo 4, Página 31)
- (ii) a atividade de transmissão de energia foi declarada de utilidade pública pelo Estado do Rio de Janeiro, sendo este um requisito indispensável para atendimento de exigência legal relacionada à supressão de vegetação que será devidamente compensada e objeto de programa de recuperação após o período de execução do projeto (cf. Leis Federais n.s 11.428/2006 e 12.651/2012) (Evento #8, ANEXO4); e

¹² “Tais recomendações do Ilmo. MPF decorrem, ao que nos parece, de representações apresentadas pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e pelo Instituto Boto Cinza, por se localizar parte da LT e as UTEs flutuantes, na Baía de Sepetiba, cabendo o licenciamento dessas estruturas e da operação das UTEs flutuantes ser conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mediante a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) tanto para a implantação das torres da LT quanto para a operação das UTEs flutuantes.” (Evento #1, ANEXO4, Página 29)





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

- (iii) a KARPOWERSHIP apresentou todos os estudos necessários à implantação da linha de transmissão ao INEA, tudo em conformidade com a lei e as características da atividade de transmissão de energia.

56. Como se sabe, o interesse processual (interesse de agir) está intrinsicamente ligado ao binômio utilidade-necessidade do provimento jurisdicional, não configurados no caso. Veja as lições de Enrico Tullio Liebman e de Cássio Scarpinella Bueno:

“O interesse de agir decorre da necessidade de obter através do processo a proteção do interesse substancial; pressupõe, por isso, a assertiva de lesão desse interesse e a aptidão do provimento pedido para conceder (ou negar) o provimento postulado, quando na situação de fato apresentada não se encontrasse firmada uma lesão ao direito ou interesse que se ostenta perante a parte contrária, ou quando os efeitos jurídicos que se esperam do provimento já tivessem sido obtidos, ou ainda quando o provimento pedido fosse em si mesmo inadequado ou inidôneo a remover a lesão, ou, finalmente, quando ele não pudesse ser proferido, porque não admitido pela lei (p. ex., a prisão por dívidas)”.¹³

“Nesse contexto, o interesse representa a *necessidade* de requerer ao Estado-juiz a prestação da tutela jurisdicional com vistas à obtenção de uma posição de *vantagem* (é comum a referência a ela como *utilidade*) que, de outro modo, não seria possível alcançar. O interesse de agir, portanto, toma como base o binômio ‘necessidade’ e ‘utilidade’. Necessidade da atuação jurisdicional em prol da obtenção de uma dada *utilidade*”.¹⁴

57. No caso em tela, inexistente dúvida quanto à ausência do binômio utilidade-necessidade, uma vez que o licenciamento ambiental vem sendo conduzido regularmente pelo órgão ambiental, sem qualquer indício de irregularidade, sendo de rigor o reconhecimento da evidente e comprovada falta de interesse processual do MPF, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI¹⁵, do CPC.

¹³ LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de Direito Processual Civil*. Volume I, 1ª ed. Tradução de Cândido Rangel Dinamarco. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 156.

¹⁴ BUENO, Cássio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil - parte geral do código de processo civil*. São Paulo: Saraiva, 2018. 798 p. vol. 1.

¹⁵ “Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...)

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; (...)”





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

X. PERDA DE OBJETO: PEDIDOS 2.4 A 2.7

58. Como espécie de pedido subsidiário, o MPF requer a condenação do INEA na obrigação de não conceder quaisquer licenças que permitam a instalação e operação das torres temporárias de linhas de transmissão, sem o necessário, prévio, detalhado e aprofundado estudo ambiental, que deverá:

“2.4) apontar quais as possibilidades para evitar a supressão de vegetações secundárias em estágio avançado, manguezais e outras áreas de preservação permanente.
2.5) aferir a possibilidade de reflorestamento *in situ*, com reposição da vegetação nativa, na forma do artigo 17 da Lei 11.428/2006, para os casos de supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, com destinação de área equivalente  extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica,
2.6) Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no item anterior, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente  desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica (artigo 17, parág. 1, Lei 11.428/2006), optando-se pela compensação financeira somente na absoluta impossibilidade da compensação *in natura*.
2.7) A realização de um efetivo e adequado inventário sobre as espécies da flora e da fauna presentes no ecossistema e que serão atingidos pelo empreendimento, providenciando-se, caso necessário, um programa de resgate, resguardo e reposição ao ecossistema.”

59. Todavia, todos os pedidos devem ser desconsiderados de plano por este MM. Juízo. Isto porque, como ainda se ver, o INEA já emitiu, no dia 01.04.2022, a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) n 2033.9.2022.72054 (**doc.2**), estabelecendo diversas condicionantes que vem sendo cumpridas pela KARPOWERSHIP, autorizando a supressão de 7,33 hectares de fragmento florestal e de 67 indivíduos arbóreos, na região da Zona Industrial do bairro de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro e Município de Itaguaí.

60. No que concerne ao reflorestamento *in situ*, fato é que a legislação ambiental aplicável faculta ao agente interessado a modalidade de compensação, o que levou  execução indireta de reposição florestal, mediante o depósito da quantia de R\$ 1.967.068,16 (hum milhão, novecentos e sessenta e sete mil, sessenta e oito reais e dezesseis centavos) como medida compensatória pela supressão de vegetação (**doc.3**).



61. No que concerne ao pedido “2.7)” especificamente, como a KARPOWERSHIP já demonstrou (Evento #8), houve elaboração de Censo Florestal, documento mais completo do que o inventário mencionado pelo *Parquet*.

62. Nesse sentido, resta claro que nenhum dos pedidos subsidiários acima listados deve ser considerado por este MM. Juízo, a teor do art. 493, CPC¹⁶, considerando que restam ultrapassados pelos atos regularmente praticados no licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro.

XI. MÉRITO: REGULAR LICENCIAMENTO AMBIENTAL – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS

63. Como a KARPOWERSHIP já teve a oportunidade de comentar (Evento #8), considerando o histórico de atuação do INEA na condução dos licenciamentos ambientais no Estado do Rio de Janeiro, notadamente em relação a empreendimentos preexistentes na localidade da baia de Sepetiba, a KARPOWERSHIP apresentou ao IBAMA, no dia 13.12.2021, solicitação de avaliação quanto à possibilidade de delegação de competência, de modo que a execução do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro da KARPOWERSHIP fosse transferida ao INEA¹⁷.

64. Cumpre esclarecer que o Projeto UTE Rio de Janeiro, que compreende as unidades flutuantes de geração de energia elétrica e a linha de transmissão, **foi apresentado de maneira única pela empresa**, ou seja, não houve, por parte da KARPOWERSHIP, tentativa, ou mesmo expectativa, de fragmentar a análise por parte da autoridade ambiental federal. Diz-se isso porque, caso fosse essa a intenção da KARPOWERSHIP, a competência para licenciar as duas atividades – geração de energia e linha de transmissão – seria originariamente distinta, sendo a geração de competência federal, em razão da capacidade de geração estar acima de 300MW (cf. Decreto Federal n 8.437/2015), e a linha de transmissão de competência estadual. Desta forma, é com boa dose de lamentação que a empresa recebe a acusação de ter sido fragmentado o licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro, circunstância que deveria ter sido mais bem avaliada pelo *Parquet*.

¹⁶ Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tom-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

¹⁷ Processo administrativo SEI n 02001.027986/2021-13 (Evento #8, ANEXO5).





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

65. Aliás, abra-se parêntese para registrar, muito embora não propriamente questionado pelo MPF, que o procedimento de delegação de competência de ações administrativas relacionadas ao licenciamento ambiental federal entre órgãos de meio ambiente integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (“SISNAMA”) é perfeitamente válido, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 140/2011¹⁸ e da Instrução Normativa IBAMA nº 8/2019¹⁹, sendo exigido do ente delegatário a comprovação de atendimento aos requisitos de capacidade técnica e de existência ativa do Conselho de Meio Ambiente.

66. Após a tramitação regular do procedimento, tendo o IBAMA solicitado esclarecimentos ao INEA e à KARPOWERSHIP, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica nº 5/2022 entre os supramencionados órgãos de controle ambiental (Evento #8, ANEXO6), cujo objeto é justamente a transferência da execução do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro. Em paralelo, e de acordo com o processamento do licenciamento ambiental pelo INEA, a KARPOWERSHIP requereu duas licenças ambientais distintas para o Projeto UTE Rio de Janeiro: uma, que tem como objeto a atividade de geração de energia através das UTEs flutuantes (processo administrativo nº SEI-070002/014726/2021), e outra, que tem como objeto a atividade de transmissão da energia elétrica que será gerada pelas UTEs (processo administrativo nº SEI-070002/000499/2022).

¹⁸ Art. 5º O ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas a ele atribuídas nesta Lei Complementar, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente.

Parágrafo único. Considera-se órgão ambiental capacitado, para os efeitos do disposto no caput, aquele que possui técnicos próprios ou em consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas a serem delegadas.

¹⁹ Art. 2º São passíveis de delegação, mediante avaliação de oportunidade e conveniência e ato específico da Administração, os processos de licenciamento ambiental cuja competência originária seja federal.

Art. 10º A partir das manifestações das áreas técnicas e do SERAD, a DILIC, subsidiada, quando necessário pela Coordenação-Geral responsável pela tipologia, se manifestará quanto à conveniência e oportunidade de efetivação da delegação de competência do licenciamento ambiental.

§ 1º Após manifestação positiva, o SERAD encaminhará Ofício ao OEMA ou OMMA solicitando os seguintes documentos:

I - Declaração de atendimento aos requisitos de capacidade técnica e de existência ativa do Conselho de Meio Ambiente, conforme disposto no artigo 5º da Lei Complementar nº 140/2011;





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

67. Não obstante a instauração de dois procedimentos administrativos, não há qualquer fragmentação do licenciamento ambiental, na medida em que o INEA é cômico de que se trata de projeto único, apartado tã somente por questões procedimentais. A este respeito, vale reiterar a posição do INEA (Evento #1, ANEXO4, Página 30):

“Ou seja, como o processo SEI-070002/000499/2022 trata somente da implantação da LT, ressalte-se, não enquadrada nos requisitos da Lei Estadual n.º 1356/1988, no que concerne à necessidade de EIA, o requerimento seguiu o rito comum de licenciamento do Decreto Estadual Nº 46.890/2019 (Selca),[3] e assim ocorreu por que o Ibama delegou ao Inea o licenciamento de todo esse complexo em 10/02/2022, como se verifica no Acordo de Cooperação Técnica n.º 5/2022 (28959521) publicado em 22/02/2022, objeto dos processos SEI-070002/014763/2021, autuado pelo Inea em 14/12/2021, e 02001.027986/2021-13 do Ibama, cuja Cláusula Primeira afirma que:”

68. É bom deixar registrado, Excelência, que o processo administrativo nº SEI-070002/014726/2021 referente às UTEs permanece sob análise do INEA, pendente de emissão de Instruções Técnicas. No que concerne à linha de transmissão, no dia 04.03.2022, o INEA emitiu a Licença Ambiental Integrada nº IN000312 (“LAI”), com validade até 08.03.2023 (Evento #1, ANEXO2, Página 452/456). A LAI foi emitida levando em consideração também a Declaração de Utilidade Pública editada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 18.02.2022, através do Decreto Estadual nº 47.955/2022 (Evento #8, ANEXO4).

69. Antes mesmo disso, como pontuado, a relevância do Projeto UTE Rio de Janeiro já havia sido, inclusive, reconhecida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro que, no dia 28.12.2021, declarou o Projeto da KARPOWERSHIP como estratégico (Evento #1, ANEXO2, Página 437), o que, com base no art. 16 do Decreto Estadual nº 46.890/2019²⁰, confere prioridade e celeridade na tramitação do procedimento de licenciamento ambiental.

70. De toda sorte, e não obstante todas as premissas equivocadas suscitadas pelo MPF, fato é que o licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro ainda está sendo conduzido pelo INEA,

²⁰ “Art. 16. A qualificação de empreendimentos ou atividades como estratégicos, os quais terão prioridade e celeridade na tramitação, leva em conta a sua importância ambiental, econômico-financeira e/ou social, tendo como parâmetros, em conjunto ou isoladamente: *omissis*”





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

que poderá propor as exigências que entender pertinentes, do ponto de vista técnico e jurídico, inclusive no que se refere à realização de audiência pública e ao conteúdo de eventual EIA/RIMA.

XI.A. CONFUSÃO ENTRE “PRESSA” E “PRIORIDADE” DE TRAMITAÇÃO

71. A partir de narrativa absolutamente genérica, desamparada de qualquer base técnica, o MPF afirma que o licenciamento do Projeto UTE Rio de Janeiro estaria sendo conduzido de forma açodada (*“Acordo de Cooperação nº 5/2022, entre IBAMA e INEA foi publicado em 22/02/2022. Em menos de duas semanas, a malsinada Licença Ambiental Integrada, de 08/03/2022, já estava emitida !!”* - fls. 27 da inicial).

72. Considerando a já tradicional crítica de morosidade conferida aos órgãos ambientais, causa surpresa à KARPOWERSHIP que o MPF estranhe o curto tempo em que a LAI foi emitida, olvidando-se, contudo, de que se trata de empreendimento desenvolvido em contexto emergencial, declarado como estratégico pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Evento #1, ANEXO2, Página 437), o que, nos termos do art. 16 do Decreto Estadual nº 46.890/2019²¹, lhe confere prioridade e celeridade na tramitação. A este respeito, o próprio §2º do dispositivo em referência é categórico ao afirmar que a *“celeridade e a prioridade previstas neste artigo não implicarão diminuição da tutela ambiental nem da intensidade do controle estatal”*.

73. Não só, o MME ainda determinou, através da Resolução nº 4/2021²², ao MMA que, em articulação com demais órgãos e entidades competentes, adotasse providências necessárias para que o

²¹ “Art. 16. A qualificação de empreendimentos ou atividades como estratégicos, os quais terão prioridade e celeridade na tramitação, leva em conta a sua importância ambiental, econômico-financeira e/ou social, tendo como parâmetros, em conjunto ou isoladamente: *omissis*”

²² Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4-de-9-de-setembro-de-2021-345099271>>. Acesso em 30 mar. 2022.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

licenciamento ambiental dos empreendimentos que participarem do Procedimento Competitivo Simplificado em prazo compatível com o necessário para propiciar o incremento de oferta de energia elétrica no Pas²³.

74. Com relao ao processo de licenciamento das UTEs, não há que se falar em açodamento, porquanto após a apresentao do pedido pela KARPOWERSHIP, ainda se aguarda a emissão das Instruoes Técnicas, que tem por objetivo orientar a apresentao, pelo empreendedor, dos estudos ambientais a serem definidos, bem como dos requisitos mínimos ao requerimento da licença ambiental.

75. O processo de licenciamento da linha de transmissão, por sua vez, apresentou tramitao regular, seguindo todas as etapas previstas para essa tipologia de licenciamento, contando, inclusive, com a realizao de vistoria técnica:

- (i) Elaborao de Relatório de Localizao e Análise Espacial (Evento #8, Anexo 7);
- (ii) Elaborao de Relatório de Vistoria Técnica Ambiental n INEA/SERVLIDRVT 2/2022 (Evento #8, Anexo 8);
- (iii) Elaborao de Parecer Técnico n INEA/INEA/SERVHIDPT/220/2022 com as consideraoes do Serviço de Hidrologia e Hidráulica do INEA (Evento #8, Anexo 9);
- (iv) Elaborao do Parecer Técnico n 40/SERVAAF/FAUNA com o objetivo de avaliar os aspectos relacionados à necessária autorizao de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico, a fim de mitigar o impacto  fauna durante a instalao e operao da linha de transmissão (Evento #8, ANEXO10);
- (v) Parecer Técnico de Deferimento dos Instrumentos de Controle Ambiental n INEA/INEA/SERVLIDPT/233/2022 (Evento #8, ANEXO11)
- (vi) Apreciao pelo Conselho Diretor do INEA na 618 Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental (Evento #8, ANEXO12);
- (vii) Emissão da LAI (Evento #1, ANEXO2, p. 452/456);
- (viii) Apresentao de Projeto de Terraplanagem (Evento #1, ANEXO2, p. 457/459);
- (ix) Memorial Construtivo da Linha de Transmissão (Evento #1, ANEXO2, pp. 467/481);
- (x) Memorial Descritivo da Linha de Transmissão (Evento #1, ANEXO2, p. 482/500);
- (xi) Projeto do Canteiro de Obras e áreas de Apoio (Evento #1, ANEXO2, p. 460/463); e
- (xii) Cronograma físico de implantao da Linha de Transmissão (Evento #1, ANEXO2, p. 465).

²³ “Art. 2 Determinar ao Ministério de Meio Ambiente que, em articulao com demais órgãos e entidades competentes, adote providências necessárias para que o licenciamento ambiental dos empreendimentos que participarem da contratao de que trata o art. 1 se d em prazo compatível com o necessário para propiciar o incremento de oferta de energia elétrica no País.”





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

76. Ademais, para amparar a implantação da linha de transmisso, a KARPOWERSHIP ainda produziu (i) estudo intitulado “*Informaoes Ambientais da Baa de Sepetiba – Rio de Janeiro/RJ, para a Implantação do Empreendimento da Karpowership*”, evidenciando a localização de ocorrncia do Boto-Cinza e nveis de rudo subaqutico na Baa de Sepetiba/RJ (Evento #8, ANEXO13), (ii) Investigaoes Geotcnicas e Ensaio, com estudos tcnicos preliminares de sondagens nas reas de fixação temporria das linhas de transmisso no mar, (iii) Censo Florestal; (iv) Relatrio sobre manejo de espcies vulnerveis  extinção; e (v) Plano de Monitoramento de Fauna. Tais documentos permitiram, inclusive, a emisso da ASV.

77. Em resumo, a acusação de ilegalidade permanente nos processos de licenciamento ambiental utilizada pelo MPF, em ntido intuito de induzir esse MM. Juzo, no subsiste  uma leitura mais atenta dos procedimentos em referncia.

XI.B. PROJETO UNO: LICENCIAMENTO NO FRAGMENTADO

78. Vale mencionar que grande parte da narrativa do MPF se baseia no fato de que existem 2 (dois) procedimentos administrativos em trmite no INEA, sem considerar, em nenhum momento, que ambos vm sendo conjuntamente considerados pelo INEA a partir de delegação do IBAMA com base em projeto nico.

79. Quisesse a KARPOWERSHIP fragmentar o licenciamento, teria licenciado as UTEs de forma apartada da linha de transmisso, as primeiras perante o IBAMA, a segunda perante o INEA. Pelo contrrio, exatamente por entender a sinergia e cumulatividade dos potenciais impactos oriundos das atividades, a KARPOWERSHIP sempre tratou o projeto como nico, tendo apresentado Ficha de Caracterização da Atividade (Evento #8, ANEXO14) ao IBAMA que contemplava a totalidade das atividades (UTEs e linha de transmisso).

80. Tanto h entendimento de que se trata de projeto nico que o INEA menciona, nos autos do processo administrativo da linha de transmisso, as UTEs:





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

O empreendimento trata-se da instalação de linha de transmisso de energia no município do Rio de Janeiro. Esta Linha de Transmisso (LT) possui 138 kV, com aproximadamente 14,7 km de extenso. Cerca de 3,3 km da LT, da saída do ponto de derivação das Powerships, sero sobre o mar da Baía de Sepetiba.

PARECER TÉCNICO N 40/SERVAAF/FAUNA (Evento #8, ANEXO10)

3. INFORMAOES DA VISTORIA

Trata-se de linha de transmisso de energia temporária, com 14km de extenso, com duração total de 44 meses, que tem o objetivo de interligação da termoetrica  fumas.

RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA AMBIENTAL INEA/SERVLIDRVT 2/2022 (Evento #8, ANEXO8)

81. No caso, como já mencionado, há diferença de procedimentos perante o INEA em virtude da licença ambiental aplicável, que guarda relação direta com as características da atividade. No caso das UTEs, a licença ambiental aplicável  a LO (por não demandarem fase de instalação ou construção de usinas termoetricas), enquanto no caso da linha de transmisso, a licença ambiental aplicável  a LAI, sendo certo que, conforme já informado pelo INEA ao MPF, as atividades embora contidas em mesmo projeto, possuem impactos ambientais extremamente diferentes, sendo possível a avaliação em procedimentos próprios:

“A análise administrativa do projeto ratifica essa classificação inicial de enquadramento, e de acordo com as avaliaoes técnicas realizadas, nosso entendimento é o de que no trâmite do requerimento da LAI foram avaliados os potenciais riscos de poluição e/ou de degradação ambiental causados pela instalação das torres, fato que não ocorrerá de igual forma com as UTEs flutuantes, pois, não haverá, para elas, qualquer atividade de instalação, implantação ou construção, mas meramente o fundeio delas e a emissão de uma Licença de Operação (LO).

As análises técnicas no curso do licenciamento configuram importante instrumento de gestão ambiental, que no caso das UTEs flutuantes estarão voltadas tão somente  operação, e como (i) a autorização de uma operação definitiva não pode ser concedida por meio de LAI (somente uma pr-operação pode ser objeto da LAI), (ii) por caber ao empreendedor optar por ela e posteriormente por uma LO ou pelo licenciamento trifásico, de acordo com o art. 23, do Selca,[8] e que (iii) a LT poderá ser interligada a outras unidades geradoras não constituintes do objeto do requerimento n. SEI-070002/014726/2021, não há que se falar em desmembramento ou fracionamento do licenciamento.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

Se existe a possibilidade legal de se seguir um processo trifásico de licenciamento, ou a conjugação de procedimento bifásico, como a LAI, com um posterior de LO sem configurar fracionamento, e por não caber, como é presumível no presente caso, a viabilidade de licenciar a implantação dessas UTEs flutuantes, como veremos adiante, em termos processuais nem se poderia cogitar de licenciar a implantação da LT e a operação das UTEs flutuantes mediante um único Instrumento, eis que a LT exige LP e LI ou uma LAI, enquanto as UTEs flutuantes apenas uma LO.

(...)

O licenciamento da LT foi analisado em separado por se tratar de atividade autônoma, com codificação própria na NOP INEA n.º 46, permitindo inclusive que o interessado obtenha licenças para outras fontes geradoras de energia a ser interligada à LT objeto da LAI n.º IN000312, se assim ela comportar e se mantiver no limite de tensão licenciado.” (Evento #1, ANEXO4, Página 31)

82. Mesmo com todos os esclarecimentos acima apresentados pelo INEA no procedimento preparatório, acaso restasse qualquer dúvida procedimental ao MPF, caberia nova notificação ao órgão ambiental competente, solicitando informações adicionais, o que não foi feito.

83. Em postura absolutamente questionável e tendo antecipado o desfecho do procedimento preparatório, o MPF sustenta a ocorrência de fragmentação do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro por considerar que *“não está cabalmente demonstrado que existe um planejamento, um sistema de gerenciamento integrado para os projetos em questão”*. Ora, por mais que o Parquet acredite (*quod non*) que não estaria *“cabalmente demonstrado o gerenciamento integrado”*, sua assertiva demonstra que, lado outro, inexiste qualquer elemento que demonstre a fragmentação do projeto.

XI.C. DA INCORRETA AFIRMATIVA DO PARQUET FEDERAL A RESPEITO EIA/RIMA

84. Um outro aspecto relevante da infundada narrativa ministerial encontra-se no tópico 5 da petição inicial, *“Da Carência do EIA/RIMA. Avaliação Ambiental Comprometida”*.

85. De início, para um leitor mais desatento, é possível inferir que o licenciamento ambiental em referência estaria sendo conduzido pelo INEA sem os devidos estudos ambientais. O MPF faz referência ao EIA - Estudo Prévio de Impacto Ambiental como o único estudo capaz de *“qualificar e quantificar*





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

antecipadamente o impacto ambiental, fornecendo assim suporte para uma gestão ambiental responsável". Percebe-se, então, que o MPF trata o EIA como gênero, e não como espécie de estudo ambiental, partindo-se de uma "verdade absoluta" de que impacto negativo ao meio ambiente, definição de medidas mitigadoras, entre outros aspectos, somente se avaliam com tal modalidade de estudo.

86. Mas, data vênua, o pior ainda estava por vir. No último parágrafo da página 9 de sua exordial, o MPF afirmou categoricamente que *"[N]o caso em tela, o ente ambiental estadual rechaçou a necessidade de realização de EIA/RIMA, alegando que não haveria nenhum impacto significativo, mesmo tendo vislumbrado a necessidade estudos globais e a supressão de significativa cobertura vegetal"*. Excelência, trata-se de mais uma assertiva ministerial incorreta e que é capaz de revelar evidente equívoco na interpretação das normas aplicáveis ao caso.

87. Aqui, mais uma vez, vale reforçar a crítica quanto ao descuido e pressa com que o MPF estruturou a presente ação civil pública, que, aliás, é um instrumento fundamental para a tutela dos interesses difusos e coletivos, desde que manuseado com base em criteriosa análise dos fatos e lealdade processual com as partes adversas e com o próprio Poder Judiciário. Além disso, deve-se rechaçar a tentativa de obter provimento de tutela de urgência com base em premissas inexistentes, o que é inaceitável sob qualquer ponto de vista que se analise a questão, em especial da própria disciplina que deve orientar a atuação ministerial.

88. De todo modo, é importante destacar que a Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") estabelece que o órgão ambiental, ao conduzir os processos de licenciamento, possui autonomia para avaliar e dimensionar os potenciais ou efetivos impactos ambientais com base nas características da atividade licenciada e especificar as exigências aplicáveis no caso específico (art. 2º²⁴). Esta autonomia, como se sabe, se materializa com a determinação de elaboração

²⁴ "Art. 2º- A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis. § 1º- Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no Anexo 1, parte integrante



dos estudos ambientais necessários, tal como estabelecido pelo artigo 3º da Resolução CONAMA nº 237/1997²⁵.

89. É justamente nesse sentido a disposição contida no art. 12 da Resolução CONAMA nº 237/1997, que é categórica quanto à necessidade de adequação dos procedimentos de licenciamento ambiental ao caso concreto, considerando a fase do projeto, os impactos previstos, a natureza da atividade, dentre outros: “[o] órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação”.

90. No Estado do Rio de Janeiro vigora a Lei Estadual nº 1.356/1988 (Evento #8, ANEXO15) que dispõe sobre os procedimentos vinculados à elaboração, análise e aprovação dos estudos de impacto ambiental. A referida norma estabelece, assim, a tipologia de empreendimentos que, a partir de premissa *ius tantom*, são capazes de causar significativo impacto ambiental. Importante mencionar que a referida norma estadual já sofreu diversas alterações ao longo dos anos, circunstância que garante o critério de atualidade de suas disposições e absoluta consonância com o conhecimento técnico-científico acumulado. O fato é que toda a sistemática ambiental em vigor há muito prevê a possibilidade de avaliação casuística, por parte do órgão ambiental, quanto ao procedimento a ser adotado para processamento do licenciamento ambiental de determinada atividade tendo como referência obrigatória elementos como as suas características técnicas e os impactos associados.

desta Resolução. § 2º – Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.” (destacou-se)

25 “Art. 3º- A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação. Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.” (destacou-se)





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

91. Pois bem. A Lei Estadual n 1.356/1988 prevê, em seu art. 1, VI, que *“dependerá da elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA a serem submetidos à aprovação da Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, os licenciamentos da implantação e ampliação das seguintes instalaoes e/ou atividades: (...) VI – linhas de transmissão de energia elétrica, com capacidade acima de 230kw”*. Ora, Excelência, o MPF deixou de mencionar que a Linha de Transmissão do Projeto UTE Rio de Janeiro  de 138kV, ou seja, uma tensão muito inferior  prevista na legislação de regência estadual.

92. E, neste caso, torna-se ainda mais estranha a tese defendida pelo MPF quando se verifica que, na resposta enviada pelo INEA ao ofício 2291/2022/MPF/PR/RJ/JM, relacionado ao Procedimento Preparatório que deu base  presente ação civil pública, foram devidamente informadas as características técnicas da linha de transmissão, os fundamentos legais que orientaram a atuação do referido órgão de controle ambiental e os estudos e informaoes produzidas (Evento #1, ANEXO4, Página 27/33).

93. O INEA destacou que

“[A] LAI n. IN000312, emitida em 08/03/2022, se relaciona exclusivamente com a implantação das torres, frise-se, temporárias, para uma LT com capacidade de 138kV, valor aquém do que estabelece o art. 1, inciso VI, da Lei Estadual n. 1356/1988”. Afirmou ainda que “[O]s projetos e características apresentados com o requerimento, a classifica como Porte Médio e Potencial Poluidor também Médio, assim, conforme a Tabela do Anexo II, do Selca[7], foi enquadrada na Classe4B, ou seja, Médio Impacto, dessa forma, a competência para decidir seu deferimento no âmbito do Inea, após a delegação pelo Ibama,  do Condir e não se sujeita a EIA, pelo que determina a Lei Estadual n.1.345/1988, e por não se tratar de implantação que cause Significativo Impacto ambiental, que pelo Selca poderia fazer surgir a imposição de se exigir a submissão a tal rito”.

94. Verifica-se, assim, ser absolutamente equivocada a tentativa do MPF de justificar suposta exigência de EIA/RIMA para o caso da linha de transmissão com base no art. 225, IV, da Constituição Federal, tendo em vista o simples fato de que a atividade em questão não representa ou causa significativo impacto ambiental, conforme precisamente avaliado pelo INEA. E, mais, diante da frágil tese defendida, o MPF tenta confundir ao afirmar que a Resolução CONAMA n 237/1997 seria cristalina ao exigir licenciamento para produção de energia termoelétrica (?). Frise-se, mais uma vez, a LAI foi emitida especificamente para a linha de transmissão, estando pendente, até o momento, qualquer





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

análise do INEA e/ou CECA a respeito da inexigibilidade do EIA/RIMA para a atividade de produção de energia termoelétrica.

95. Ademais, é importante mencionar que há uma distinção relevante entre a inexigibilidade do EIA/RIMA e a sua dispensa. A primeira hiptose se aplica quando, diante das características técnicas da atividade e respectivos impactos, o órgão ambiental reconhece ser inaplicável o comando constitucional relacionado à realização de estudo prévio de impacto ambiental e seu respectivo relatório, tendo em vista sua vinculação com “significativo nível de degradação ambiental” (art. 225, CRFB). A segunda hiptose – dispensa – se aplicaria quando, apesar das características e impactos associados recomendarem a realização do EIA/RIMA, o órgão ambiental decide por afastá-lo. O presente caso está definitivamente associado à primeira hiptose.

96. Neste ponto, Excelência, cabe trazer, mais uma vez,  luz a decisão do e. Presidente do e. Tribunal Regional Federal da 2 Região quanto ao acolhimento, pelo Poder Judiciário, da pretensão deduzida pelo MPF no que tange à intenção de determinar qual estudo ou análise técnica deve ser invocada pelo órgão de controle ambiental. Senão vejamos:

“Entretanto, a partir do momento em que os órgãos competentes atestam o cumprimento de todos os requisitos previstos em lei, tal como se verifica na espécie, com a conseqüente emissão da Licença Prévia IN031414, **não cabe ao Poder Judiciário imiscuir-se na seara administrativa e presumir ilegítimos atos administrativos realizados, a priori e em juízo sumário, em conformidade com a legislação ambiental**, notadamente quando a decisão judicial possa acarretar grave prejuízo à ordem pública e econmica.

Da mesma forma, **não é dado ao magistrado assumir a posição de verdadeiro condutor do processo de licenciamento**, a fim de estabelecer, por convicções próprias e subjetivas, o seu conteudo jurídico, técnico e ambiental, bem como estabelecer condicionantes e requisitos não previstos em lei”. (destacou-se)

97. Em que pese as alegações ora refutadas, o fato é que não há justo motivo que suscite ou confirme a existência de plausibilidade jurídica que justifique a tentativa ministerial de intervir decisiva e profundamente no licenciamento ambiental que está sendo conduzido de maneira regular, com base em critérios técnicos rigorosos e jurídicos válidos.



XI.D. ESTUDOS NECESSÁRIOS  SUPRESSÃO DE VEGETAO DEVIDAMENTE REALIZADOS

98. Em discurso inflamado, o MPF apresenta questionamentos específicos sobre os estudos necessários – e supostamente não elaborados – pela KARPOWERSHIP para a realizao de supressão de vegetao. Ocorre que, por mais que sejam contundentes, tais indagaoes são servem a único propósito: evidenciar a superficialidade da presente demanda.

99. Aliás, tanto tais estudos foram solicitados e avaliados pelo INEA, que este emitiu, no dia 01.04.2022, a ASV para a implantao da Linha de Transmissão (**doc.2**).

100. Com o devido acatamento, acaso não se estivesse diante de atuao do *Parquet*, a KARPOWERSHIP poderia cogitar que o encerramento antecipado do procedimento preparatório se deu ante a falta de interesse de conhecer o Projeto UTE Rio de Janeiro e seus processos de licenciamento. Isto porque, todos os pontos levantados pelo MPF foram endereçados pelo INEA. Para facilitar, responde-se:

QUESTIONAMENTOS DO PARQUET	ESCLARECIMENTOS
<p>O art. 8 da lei da Mata Atlântica preconiza que qualquer corte, supressão ou explorao da vegetao deste bioma são deve ser permitido após verificado que se trata de vegetao primária ou secundária, e nesta última situao levando-se em conta o estágio de regenerao.</p>	<p>Nos termos da Lei da Mata Atlântica, a supressão de vegetao primária e secundária no estágio avançado de regenerao somente <u>poderá ser autorizada em caso de utilidade pública</u>, sendo que a vegetao secundária em estágio médio de regenerao poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social.</p> <p>O Projeto UTE Rio de Janeiro foi declarado pelo Estado do Rio de Janeiro como de utilidade pública, fato, infelizmente, omitido pelo MPF em sua peça exordial.</p>
<p>Das informaoes acima, pode-se facilmente indagar por que a empreendedora não foi instada a apresentar um levantamento detalhado, um inventário de supressão da vegetao da Mata Atlântica? Neste inventário deveriam ser apontadas quais são as espécies arbóreas, em todos os estratos da vegetao, contendo informaoes quantitativas e qualitativas da vegetao, que serão objeto de supressão.</p>	<p>Mais do que o inventário florestal, a KARPOWERSHIP realizou Censo Florestal, que contempla a identificao de 100% (cem por cento) dos indivíduos arbóreos onde haverá supressão de vegetao. A própria ASV emitida pelo INEA evidencia a área e os indivíduos arbóreos que serão suprimidos, com indicao exata das suas coordenadas.</p>





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

<p>Porém, a ANÁLISE TÉCNICA N 21/2022, de forma surpreendente, simplesmente disse que “não parece razoável exigir a apresentao de EIA/Rima” apenas em funo da supressão de vegetao secundária em estágio avançado, considerando se tratar de uma área de pequenas dimensões e a apresentao dos pertinentes estudos que possibilitam a avaliao dos impactos ambientais decorrentes da supressão de vegetao”.</p> <p>Pequenas dimensões?</p>	<p>Sim. A linha de transmissão é de pequenas dimensões (com pouco mais de 14km) quando comparado com traçado médio das linhas de transmissão no País.</p> <p>A título de exemplo, somente em 2019 houve implantao de mais de 14.000 Km de linhas de transmissão no Brasil, enquanto em 2020 o número chegou a 6.000 Km²⁶. A maior das linhas tinha extensão de 414 Km.</p> <p>Outrossim, o EIA/RIMA não é o estudo aplicável para o licenciamento ambiental de linhas de transmissão de 138 kV, valor de tensão aquém do que estabelece o art. 1, inciso VI, da Lei Estadual n.é 1.356/1988.</p> <p>Não apenas, a afirmativa do MPF deriva de erro de interpretao de despacho da Gerência de Licenciamento Agropecuário e Florestal do INEA, que, quando mencionou se tratar de área de “pequenas dimensões” fez referência  área de apenas 0,19 ha de vegetao secundária em estágio avançado (Evento #1, ANEXO 4, Página 7/9).</p>
<p>Mas tudo está sendo levado adiante sem estudos prévios detalhados, sem inventários das espécies a serem suprimidas, atingindo parcela de vegetao secundária da Mata Atlântica em seus diversos estágios, além de manguezais, área de preservao (também não identificados satisfatoriamente). Tampouco foram apontadas as espécies da fauna que serão impactadas pelo empreendimento.</p>	<p>A KARPOWERSHIP elaborou Censo Florestal, conforme mencionado acima, Relatório sobre manejo de espécies vulneráveis  extino e Plano de Monitoramento de Fauna.</p>

101. Não se sabe se por pressa ou descuido, deixou o MPF de buscar todas as informaes acima mencionadas, que, repita-se, poderiam ter sido solicitadas no bojo do procedimento preparatório, tanto ao INEA quanto  KARPOWERSHIP.

102. Nesse sentido, caso esse MM. Juízo não descarta completamente a presente ao civil pública, o que se admite pelo princípio da eventualidade, resta evidente a improcedência de todos os pleitos ministeriais.

²⁶ Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/01/brasil-termina-2020-com-mais-de-6-mil-km-novos-em-linhas-de-transmissao/>>. Acesso em 30 mar. 2022.



**XII. DESCABIMENTO DO ARGUMENTO DE DANO PRESUMIDO E HIPOTÉTICO: ATIVIDADE
REGULARMENTE LICENCIADA**

103. Não obstante o MPF não ter apresentado qualquer fundamentação específica para o pleito de condenação dos reus  reparação, indenização e compensação dos danos (incluindo os danos morais), já transferindo sua liquidação a eventual, futuro e incerto cumprimento de sentença, não há como deixar de pontuar que o referido pedido não está amparado na realidade, uma vez que não há sequer a possibilidade de demonstração do ato ilícito eventualmente praticado pela KARPOWERSHIP e suposto resultado danoso em concreto a ser ressarcido, mormente se for considerado que o Projeto UTE Rio de Janeiro vem se submetendo a licenciamento ambiental legítimo e atendendo todas as exigências impostas pelo órgão de controle ambiental competente.

104. Com a devida vnia, como deveria ser de ciência do MPF, a existência de dano ambiental é elemento essencial para configuração da responsabilidade civil, não se podendo tratar de danos em hipótese, conforme estabelece o 3 do art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil: "* 3 As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.*"

105. Nesse sentido, é realmente reprovável a conduta do MPF de buscar a responsabilização dos requeridos por danos inexistentes, mas, segundo ele, potenciais, notadamente quando não possui o mais mínimo indício probatório nesse sentido. São as lições de Bruno Carr²⁷:

"No âmbito civil, a proposta de uma responsabilidade baseada na existência de um perigo potencial ou, o que dá no mesmo, na mera conduta encontra objeção na lógica reparatória que a caracteriza historicamente. Por isso, pretender sob seu âmbito aplicar sanções que não tenham por função a reparação de uma lesão efetivamente ocorrida, e sim a antecipação de um comportamento, não encontrar espaço porque não há ainda nada a indenizar. As penas a serem impostas em um evento de potencial lesividade são de toda ordem, menos de cunho indenizatório. Razão pela qual refogem ao estudo da Responsabilidade Civil". (destacou-se)

²⁷ CARR, Bruno Leonardo Câmara – Responsabilidade civil sem dano: uma análise crítica – Limites epistêmicos a uma responsabilidade civil preventiva ou por simples conduta. Ad. Atlas, 2014, p. 190.



106. O entendimento exposto acima encontra ressonância na jurisprudência do e. STJ, que entende o dano como requisito essencial para existência e determinação do surgimento da obrigação de indenizar:

“PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OMISSÃO SOBRE QUESTÕES ESSENCIAIS AO JULGAMENTO DA LIDE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEMONSTRAÇÃO DE NEXO DE CAUSALIDADE. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA. REQUISITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC CARACTERIZADA. 1. A responsabilidade civil objetiva por dano ambiental não exclui a comprovação da efetiva ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente, pois estes são elementos essenciais ao reconhecimento do direito de reparação. Precedentes. 2. Omissão reconhecida quanto à demonstração de nexo de causalidade entre conduta omissiva ou comissiva da União, a justificar sua condenação solidária na reparação ambiental de área degradada. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é omisso o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente na apelação e nos embargos declaratórios, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado. 4. Agravo da União conhecido para prover o recurso especial, a fim de casar o acórdão dos embargos de declaração e determinar que o Tribunal de origem aprecie as questões nele apontadas. 5. Recurso especial dos particulares prejudicado.” (STJ - REsp: 1378705 SC 2013/0092262-3, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 03/10/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/10/2013 - destacou-se)

107. Se não bastasse, sob a perspectiva do direito processual, também a leitura do texto normativo da Lei Federal nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, não deixa margem a qualquer interpretação que entenda pela possibilidade de responsabilidade civil ou de ajuizamento de ação civil pública sem a existência comprovada de dano ambiental:

“Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.”

“Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:
I – ao meio-ambiente:

Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”



108. Assim, não resta qualquer dúvida de que a existência de dano é condição *sine qua non*, verdadeiro pressuposto essencial para o surgimento do dever de indenizar, o que resta inexistente no presente caso.

109. Lado outro, e sem qualquer mínima argumentação, o MPF ainda postula condenação dos réus por danos morais (?), mesmo inexistindo qualquer atividade lesiva no caso²⁸, quiçá dano concreto. Aliás, como se sabe, o dano moral possui caráter personalíssimo²⁹, não se prestando a servir de base para uma absurda coletivização, notadamente no caso em tela, **em que o MPF sequer indica claramente quem seria sujeito passivo do referido dano.**

110. Sobre o tema, é extremamente relevante trazer à baila o voto vencedor do Ministro Teori Albino Zavascki, no Recurso Especial nº 598.281/MG, que veio a orientar o entendimento atual sobre o tema no c. STJ:

“O dano ambiental ou ecológico pode, em tese, acarretar também dano moral — como, por exemplo, na hipótese de destruição de árvore plantada por antepassado de determinado indivíduo, para quem a planta teria, por essa razão, grande valor afetivo. **Todavia, a vítima do dano moral é, necessariamente, uma pessoa. Não parece ser compatível com o dano moral a idéia da “transindividualidade” (=da indeterminabilidade do sujeito passivo e da indivisibilidade da ofensa e da reparação)”**

²⁸ A esse respeito: “a verificação do dano ressarcível resulta da constatação de violação à área de atuação legítima de um interesse merecedor de tutela. **Tal área de atuação não pode ser delimitada em abstrato, mas exige sua concreta definição frente a conduta lesiva.** Quando a conduta lesiva mostra-se de pronto antijurídica, a área de atuação do interesse lesado corresponde à sua área integral, **cabendo à vítima apenas demonstrar a efetiva afetação do interesse de que é titular para que reste configurado o dano ressarcível.** (...) **O dano não consiste, em definitivo, na lesão a um interesse tutelado em abstrato, mas a lesão a um interesse concretamente merecedor de tutela.** E tal merecimento de tutela em concreto somente pode ser aferido em comparação com o interesse lesivo, definindo-se a área legítima de atuação de cada interesse tutelado à luz das circunstâncias fáticas em tela.” (Anderson Schreiber, *Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil*, São Paulo: Atlas, 2009, 2ª edição, p 185/186. destacou-se)

²⁹ Bodin, Maria Celina, *Danos à Pessoa Humana*, ed. Renovar, pg. 157: “Assim, no momento atual, doutrina e jurisprudência dominantes, têm como adquirido que o dano moral é aquele que, independentemente do prejuízo material, **fere direitos personalíssimos, isto é, todo e qualquer atributo que individualiza cada pessoa,** tal como a liberdade, a honra, atividade profissional, a reputação, as manifestações culturais e intelectuais, entre outros. O dano é ainda considerado moral quando os efeitos da ação, embora não repercutam na órbita de seu patrimônio material, **originam angústia, dor, sofrimento, tristeza ou humilhação à vítima, trazendo-lhe sensações e emoções negativas.** Neste último caso, diz-se necessário, outrossim, que o constrangimento, a tristeza ou humilhação sejam intensos a ponto de poderem facilmente distinguir-se dos aborrecimentos e dissabores do dia-a-dia, situações comuns a que todos se sujeitam, como aspectos normais da vida cotidiana.” (destacou-se)





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

da lesão. É que o dano moral envolve, necessariamente, dor, sentimento, lesão psíquica, afetando "a parte sensitiva do ser humano, como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas"

(...)

No que pertine ao tema central do estudo, o primeiro reparo que se impõe é no sentido de que não existe 'dano moral ao meio ambiente'. Muito menos ofensa moral aos mares, rios, à Mata Atlântica ou mesmo agressão moral a uma coletividade ou a um grupo de pessoas não identificadas. A ofensa moral sempre se dirige à pessoa enquanto portadora de individualidade própria; de um vultus singular e único. Os danos morais são ofensas aos direitos da personalidade, assim como o direito à imagem constitui um direito de personalidade, ou seja, àqueles direitos da pessoa sobre ela mesma. (...) A Constituição Federal, ao consagrar o direito de reparação por dano moral, não deixou margem à dúvida, mostrando-se escoreita sob o aspecto técnico-jurídico, ao deixar evidente que esse dever de reparar surge quando descumprido o preceito que assegura o direito de resposta nos casos de calúnia, injúria ou difamação ou quando o sujeito viola a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (art. 5º, incisos V e X), todos estes atributos da personalidade. **Resuma claro que o dano moral é personalíssimo e somente visualiza a pessoa, enquanto detentora de características e atributos próprios e invioláveis. Os danos morais dizem respeito ao foro íntimo do lesado, pois os bens morais são inerentes à pessoa, incapazes, por isso, de subsistir sozinhos. Seu patrimônio ideal é marcadamente individual, e seu campo de incidência, o mundo interior de cada um de nós, de modo que desaparece com o próprio indivíduo.** (...) Dúvida, portanto, não pode resumir de que a natureza e o meio ambiente podem ser degradados e danificados. Esse dano é único e não se confunde com seus efeitos, pois a meta op-tata é o resguardo e a preservação, ou seja, a reparação com o retorno da natureza ao *status quo ante*, e não a indenização com uma certa quantia em dinheiro ou a compensação com determinado valor". (destacou-se)

111. É inegável, portanto, que resta obstada a configuração de responsabilidade civil da KARPOWERSHIP, por qualquer dano que seja, porquanto não há no presente caso qualquer comprovação da efetiva ocorrência de danos ao meio ambiente, tendo o MPF tratado de danos hipotéticos e futuros, o que não se pode permitir.

XIII. IMPOSSÍVEL INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

112. Com o devido respeito, como expediente de demandas carentes de fundamento, há sempre o pedido de inversão do ônus da prova. O motivo dessa estratégia processual é simples: se deferida, o MPF passará a ficar numa posição de nítida vantagem em relação à KARPOWERSHIP, que ficará



obrigada a defender a regularidade de licenciamento ambiental conduzido de forma absolutamente legal, bem como de, pasme-se, defender a inocorrência de danos presumidos futuros.

113. **Vale dizer que na própria exordial tal expediente já foi intentado, porquanto o MPF optou por omitir inúmeras informações relacionadas ao licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro, mesmo detendo tais informações ou quando facilmente as poderia ter obtido.**

114. A este respeito, vale pontuar que não há dúvidas quanto o interesse da KARPOWERSHIP em contribuir objetivamente com o deslinde da presente demanda, vez que, diligente que é, tem ciência do dever de lealdade processual. Todavia, não se pode admitir em hipótese alguma que o MPF, cômico da aventura jurídica proposta, postule a inversão automática da produção de prova.

115. Aliás, a invocação do princípio da precaução no presente caso pelo MPF³⁰ se mostra mais do que inadequada, porquanto se refere à necessidade de adoção de medidas de precaução quando se está diante de incertezas técnico-científicas, o que certamente não é o caso, porquanto se trata de projeto cujo licenciamento vem sendo regularmente conduzido pelo INEA. O caráter inovador da atividade está em sua forma de execução, e não na atividade em si, uma vez que a geração de energia a partir do uso de GNL é assaz conhecida, assim como seus potenciais danos. Nas palavras do i. Ministro Dias Toffoli:

“O princípio da precaução é um critério de gestão de risco a ser aplicado sempre que existirem incertezas científicas sobre a possibilidade de um produto, evento ou serviço desequilibrar o meio ambiente ou atingir a saúde dos cidadãos, o que exige que o estado analise os riscos, avalie os custos das medidas de prevenção e, ao final, execute as ações necessárias, as quais serão decorrentes de decisões universais, não discriminatórias, motivadas, coerentes e proporcionais. 3. Não há vedação para o controle jurisdicional das políticas públicas sobre a aplicação do princípio da precaução, desde que a decisão judicial não se afaste da análise formal dos limites desses parâmetros e que privilegie a opção democrática das escolhas discricionárias feitas pelo legislador e pela Administração Pública.” (STF - RE: 627189 SP, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 08/06/2016, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 03/04/2017)

³⁰ “Um dos principais reflexos do Princípio da Precaução no campo processual é a inversão ope legis do ônus probatório.”



116. Ademais, embora se saiba que o novel diploma processual autoriza a dinamização do ônus da prova (CPC, art. 373, §1º), é certo que essa possibilidade encontra óbice no parágrafo seguinte (CPC, art. 373, §2º). Confira-se:

“Art. 373. O ônus da prova incumbe:

(...)

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§ 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil”.

117. O legislador, ao incluir o §2º, corretamente previu que a dinamização indiscriminada poderia ocasionar uma verdadeira prova diabólica, sendo vedada a sua aplicação nesses casos³¹. Não é à toa que a dinamização é considerada subsidiária, somente devendo ser aplicado *in extremis*, quando for medida necessária à prestação adequada da tutela do direito material³². Caso contrário, sua aplicação é ilícita³³. Sobre o tema, vale transcrever importante reflexão que cuida justamente do uso cauteloso do instituto³⁴.

“Outro dado é de extrema importância: além de ter caráter excepcional, dentro do próprio caso concreto em que seja utilizada, a dinamização não abrange, necessariamente, todo o *thema probandum*, mas apenas os fatos que sejam difíceis de comprovação por uma das partes, e que ainda assim – pela divisão estática consagrada no CPC – teria de provar.”

³¹ MORÉS, Rachele. A dinamização do ônus da prova. Trabalho de conclusão de fim de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, p. 62.

³² MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi Medeiros. Ônus da prova e sua dinamização. JusPodivm: Salvador, 2014, p. 162.

³³ AZÁRIO, Márcia Pereira. Dinamicização do ônus da prova no processo civil brasileiro. Dissertação para obtenção do título de mestre em Direito apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, p. 128.

³⁴ MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi Medeiros. Op. Cit, p. 163.



118. No presente caso, em tendo o MPF questionado a totalidade do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro com base em premissas meramente jurídicas e alijadas de análise técnica,  imprescindível que sobre ele recaia o ônus probatório, seguindo a regra geral do art. 373, I, do CPC³⁵.

119. Por fim, e apenas para que nada passe em branco, a KARPOWERSHIP aproveita para já pontuar a inaplicabilidade  espécie da Súmula n 619 do e. STJ, na medida em que o enunciado sumular somente  aplicável para demandas em que se discute a ocorrência de degradações ambientais, o que, por óbvio, não é o caso.

XIV. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DOS PEDIDOS DE TUTELA ANTECIPADA

120. Como já abordado pela KARPOWERSHIP (Evento #8), o MPF ainda alega que estariam presentes os requisitos autorizadores da concessão da tutela antecipada, previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, quais sejam, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, buscando:

- (i) a suspensão da eficácia da Licença Ambiental Integrada (“LAI”) n IN000312 e de todas as autorizações para supressão de cobertura vegetal do Bioma Mata Atlântica relacionadas ao processo administrativo n SEI-070002/000499/2022, referente à instalao e operao de torres temporárias de linha de transmissão de energia;
- (ii) que seja determinado ao INEA que se abstenha de expedir novas autorizações ou licenças ambientais, enquanto não realizados estudos ambientais em conjunto com o licenciamento processo administrativo n SEI- 070002/014726/2022, referente à instalao e operao de 4 (quatro) Usinas Termelétricas flutuantes, na Baía de Sepetiba;
- (iii) que seja determinado  empresa KARPOWERSHIP que se abstenha de realizar qualquer obra, ainda que preparatória, visando à instalao das torres temporárias de linha de transmissão de energia;
- (iv) que seja determinado que todo e qualquer processo de licenciamento ambiental relativo às torres temporárias de linha de transmissão de energia observe e cumpra às exigências quanto à necessidade de realizao de audiência pública; e
- (v) que seja determinado ao INEA que apresente todas as atas e memórias de reuniões que precederam  formalizao do Acordo de Cooperao firmado em 22.02.2022.

³⁵ Art. 373. O nus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto  existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

121. Não há dúvidas de que tais pleitos, aliado à frágil argumentação contida na exordial, demonstram claramente que o MPF acredita que a mera menção a variados dispositivos legais e aos princípios da precaução e da prevenção justificariam qualquer medida tendente a suspender a LAI emitida ou à intervenção do Poder Judiciário nos processos de licenciamento. Tal posição não pode se sustentar.

122. A postura do MPF revela-se em tentativa de, a partir de elucubrações atreladas a transcrições de uma miríade de normas e preceitos ambientais, induzir o MM. Julgador a erro, transferindo-lhe o sentimento de gravíssimo risco ambiental e responsabilidade pelo desdobramento do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro. Tudo isso para fazer valer o intuito máximo, de permitir que o MPF, sob a chancela do Poder Judiciário, faça as vezes de autoridade ambiental.

123. Ocorre que, em um olhar mais atento, é possível perceber que o MPF não traz um único indício de irregularidade no licenciamento do Projeto UTE Rio de Janeiro, se limitando a apresentar especulações genéricas (“feito à míngua de estudos ambientais detalhados e aprofundados”; “órgão ambiental tem ciência de que os dois projetos possuem potencial de impactos cumulativos e sinérgicos, a merecer uma avaliação conjunta e contextualizada. Nessa linha, não se pode fatiar, fracionar ou desmembrar projetos que no seu todo implicarão impactos cumulativos e sinérgicos sobre o ecossistema”). Do contrário, em alguns momentos, atenta contra a verdade dos fatos, fundamentando pedido liminar na inexistência de documentos já apresentados ao órgão ambiental (!).

124. Sabe-se que para a concessão dos pedidos de tutela de urgência é imprescindível a demonstração do *fumus boni iuris*, caracterizado pela plausibilidade do direito alegado e do *periculum in mora*, entendido pelo perigo na demora da entrega da prestação jurisdicional, requisitos estes que, na hipótese dos autos, definitivamente não estão caracterizados.

125. No caso, não só não há urgência, como se percebe uma má-interpretação do MPF que deu ampla interpretação, ao que parece, à fumaça do bom direito, estendendo para quaisquer conjecturas com base legal.



126. Perdoe-se a sinceridade, Excelência, mas não há dvidas de que o procedimento preparatório que deu origem  presente demanda jamais visou a apuraco adequada dos fatos, mas como etapa prévia a questionamento, pela via judicial, de Projeto regularmente licenciado. Tal premissa está estampada no descuido da exposico dos fatos, aliado à falta de conclusão do procedimento preparatório, que não indica indício mínimo que pudesse ser interpretado como ‘irregularidade’.

127. O MPF trata, em sua inicial, como se a questão do Estudos Ambientais necessários ao caso específico já tivesse sido esgotada durante o processo de licenciamento ambiental conduzido pelo INEA e que seria uma ilegalidade a não realizao de determinada espécie de estudo³⁶, o que também resta incorreto.

128. Veja que os argumentos utilizados para amparar os pleitos antecipados são frágeis, ou porque não dizer especulativos, e, com a devida vnia, não se prestam a comprovar os requisitos autorizadores da tutela antecipada pretendida. Após longo tratado sobre direito ambiental, com reproduo exaustiva de doutrinas e normas, o MPF se limita a concluir que

“No caso doas autos, conforme já demonstrado, o fracionado e atrofiado processo de licenciamento continua seguindo a toque de caixa. Desta forma, a situao ambiental narrada **exige providências de urgência**, com a finalidade de coibir a ilicitude consubstanciada na expedico de licença que já está apta a produzir seus efeitos, .”

“**A plausibilidade do direito alegado decorre dos fundamentos de fato e de direito acima especificados.** Assim, mostra-se necessária a antecipaco da tutela, em face da urgência da proteo ambiental postulada, a fim de evitar a configurao da instalao e operao de empreendimento sem que tenha sido realizado prévio e aprofundado estudo ambiental no qual sejam avaliados os impactos cumulativos e sinérgicos.”

129. No caso, não há que se falar em qualquer probabilidade de direito, ante a manifesta regularidade do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro, bem como a conseqüente presuno de legitimidade e veracidade dos atos praticados pela Administrao Pública, circunstância que torna o ônus probatório ministerial ainda mais relevante em apontar as supostas e “flagrantes” ilegalidades.

³⁶ “Mas o INEA simplesmente descartou a necessidade de cobrar do empreendedor o necessário EIA/RIMA, a cargo do empreendedor!” (trecho da inicial – fls. 13 dos autos)



Não se pode permitir o racional inverso, de que a presunção é de ilegalidade dos atos administrativos. Frise-se, não há o mínimo indício neste sentido.

130. Por igual motivo, também inexistente *periculum in mora*, porquanto se está diante de projeto cujo licenciamento ambiental vem sendo conduzido de forma absolutamente regular pelo órgão ambiental competente sob o acompanhamento do IBAMA, resultante da formalização de Acordo de Cooperação entre os órgãos de controle ambiental. A este respeito, vale colacionar emblemático acórdão do e. TJMG, no julgamento do Agravo de Instrumento n 1.0342.14.000047-8/001, julgado em 29.07.2014:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LIMINAR - AVERBAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL - LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES - MEDIDAS DE URGÊNCIA - NÃO COMPROVAÇÃO - "PERICULUM IN MORA" - AUSÊNCIA - RECURSO DESPROVIDO "IN CASU".

- **A concessão de liminar em ação civil pública pressupõe a comprovação pelo autor do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora", inviabilizando a sua concessão a ausência de quaisquer destes requisitos.**

- Inexistindo a possibilidade de um dano iminente irreversível ao meio ambiente falece razão  medida liminar pleiteada, mormente em se tratando de situação estável que perdura há anos.

(...)

 cediço que para a concessão da medida de urgência faz-se necessário e imprescindível a demonstração, por meio de prova inequívoca, de um dano ou risco efetivo que justifique a antecipo do provimento jurisdiccional pleiteado pela parte.

Em que pese as ponderações lançadas pelo Ministério Público, este limitou-se a levantar argumentos genéricos no sentido de que a não concessão da liminar poderia estimular a exploração e degradação ambiental, sem, contudo, imputar qualquer conduta específica ao agravado, praticada em detrimento do meio ambiente.

O laudo pericial de fls. 43/48-TJ é datado de 02.04.2009. Portanto, tal fato, por si só, não conduz à conclusão de que há urgência no provimento das medidas pretendidas.” (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0342.14.000047-8/001, Relator(a): Des.(a) Belizário de Lacerda, 7 CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/07/2014, publicação da súmula em 04/08/2014 - destacou-se)

131. Em verdade, a tentativa injustificada do MPF de impedir prosseguimento configura *periculum in mora reverso*. Relembre-se que o Projeto UTE Rio de Janeiro foi autorizado como medida emergencial e auxiliar na geração de reserva energética considerando o cenário de instabilidade e escassez hídrica do país, tratando-se,  toda evidência, de projeto de interesse federal, tendo sido, inclusive,



declarado de utilidade pública recentemente pela ANEEL. Dessa forma, a infundada suspensão do licenciamento ambiental impacta não são a atividade da KARPOWERSHIP, mas o Procedimento Competitivo Simplificado realizado pela ANEEL.

132. Relembre-se que a KARPOWERSHIP participou com sucesso do Leilão Simplificado de Energia de Reserva, de acordo com a Portaria Normativa não 24/GM/MME/2021, tendo sido posteriormente autorizada, pelas Resoluoes ANEEL não 10.869/2021, não 10.870/2021, não 10.873/2021 e não 10.874/2021 e os contratos de compra de energia com a Câmara de Comercializao de Energia Elétrica. Neste caso, não há dvida: as consequências de eventual concessão de medida liminar requerida seriam extremamente gravosas considerando seu impacto sobre a política energética do País e o risco sobre a própria reserva segura e estável de energia no País.

133. Por todo exposto, confia  KARPOWERSHIP que V.Exa. indeferir os pedidos de tutela de urgência formulados pelo MPF, ante a ausência dos requisitos autorizadores da medida, quais sejam, *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

134. De toda sorte, como já abordado, a KARPOWERSHIP também entende fundamental que este MM. Juízo conceda ao INEA, e aos demais entes com claro interesse jurídico no feito, a oportunidade para se manifestar a respeito dos pedidos e do processo de licenciamento ambiental da linha de transmissão, de modo a permitir que Vossa Excelência esteja adequadamente munido das informaoes que componham seu juízo ainda que em fase de cognio sumária. Ademais, tal providência estaria em linha com o art. 2o da Lei Federal não 8.347/1992³⁷, que estabelece que, por se tratar de pleito liminar em aoo civil pública, é de rigor a garantia da manifestao prévia do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.

³⁷ Art. 2o No mandado de segurança coletivo e na aoo civil pública, a liminar será concedida, quando cabível, após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de setenta e duas horas.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

XV. RESUMO: DESCABIMENTO DOS PEDIDOS PRINCIPAIS

135. Em mais uma tentativa de contribuir com esse MM. Juízo, a KARPOWERSHIP apresenta quadro com o resumo dos principais argumentos relacionados aos pedidos do MPF:

ITEM	QUESTIONAMENTOS DO PARQUET	ESCLARECIMENTOS
1)	confirmando as medidas liminares concedidas, declarar a nulidade da Licença Ambiental Integrada (LAI) n IN000312, para fins de licenciamento das obras de instalao e operao das 36 torres temporárias de linha de transmissão de energia;	O licenciamento ambiental vem sendo conduzido de forma absolutamente regular, não havendo mínimo indício que justifique a declarao de nulidade da LAI.
2)	a condenao do INEA na obrigao de não conceder quaisquer licenças que permitam a instalao e operao 36 torres temporárias de linha de transmissão de energia, sem o necessário, prévio, detalhado e aprofundado Estudo de Impacto Ambiental (...)	Como mencionado, o INEA  parte ilegítima para o pedido, considerando que a declarao de inexigibilidade de EIA/RIMA cabe exclusivamente à CECA, de acordo com a Lei Estadual n 1.356/1988. A CECA ainda não se manifestou acerca da possibilidade de declarao de inexigibilidade do EIA/RIMA, todavia, a KARPOWERSHIP não tem dvidas de que decorre das características do Projeto, que claramente representa reduo dos impactos ambientais quando comparado com UTEs convencionais, construídas em área continental com uso significativo de recursos naturais.
2.1)	apenas subsidiariamente em relao ao item anterior, a condenao do INEA na obrigao de não conceder quaisquer licenças que permitam a instalao e operao das 36 torres linhas de transmissão de energia, sem o necessário, prévio, detalhado e aprofundado estudo ambiental (em sentido amplo, de modo a abarcar o RAS, que no entanto não pode prescindir de elementos essenciais para um estudo ambiental minimamente efetivo). Tais estudos ambientais devem:	O licenciamento ambiental vem sendo conduzido de forma absolutamente regular, com o cumprimento de todas as exigências formuladas pelo INEA, ente responsável pelo licenciamento após procedimento de delegao de competência. Não há qualquer justificativa – seja legal ou técnica – para a transferência do licenciamento ambiental do Projeto UTE Rio de Janeiro para o Poder Judiciário, com o estabelecimento de regras e procedimentos pelo <i>Parquet</i> .
2.2)	em relao às 36 torres temporárias de linha de transmissão de energia, cuja viabilidade ambiental deve ser estudada e avaliada em conjunto com o empreendimento do qual	O licenciamento ambiental vem sendo conduzido de forma absolutamente regular,





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

	<p>faz parte, qual seja, a instalação e operação das 4 termelétricas, o EIA/RIMA deve abranger todos os aspectos exigidos nas resoluoes do Conama de 01/1986 e 237/1997 (...)</p>	<p>com o cumprimento de todas as exigências formuladas pelo INEA, ente licenciador.</p> <p> absolutamente desleal o argumento de que o licenciamento do Projeto UTE Rio de Janeiro estaria sendo conduzido de forma fragmentada, pois, muito embora existam 2 (dois) procedimentos administrativos em trâmite no INEA, ambos vêm sendo conjuntamente considerados pelo INEA.</p>
<p>2.3)</p>	<p>abordar todas as alternativas técnicas e locais para o empreendimento, de acordo com a melhor tecnologia disponível para atender aos interesses da preservação ambiental, evitando-se ao máximo a supressão de vegetação da Mata Atlântica.</p>	<p>O licenciamento ambiental vem sendo conduzido de forma absolutamente regular, cabendo ao INEA avaliar, sob a tica técnica, as alternativas técnicas e locais indicadas.</p> <p>Aliás, as alternativas locais já foram apontadas pela KARPOWERSHIP no Memorial Descritivo (Evento #1, ANEXO2, pp. 260/265), documento juntado pelo próprio MPF.</p>
<p>2.4 a 2.7)</p>	<p>2.4) apontar quais as possibilidades para evitar a supressão de vegetação secundárias em estágio avançado, manguezais e outras áreas de preservação permanente.</p> <p>2.5) aferir a possibilidade de reflorestamento in situ, com reposição da vegetação nativa, na forma do artigo 17 da Lei 11.428/2006, para os casos de supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, com destinação de área equivalente  extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica,</p> <p>2.6) Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no item anterior, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente  desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica (artigo 17, parág. 1, Lei 11.428/2006), optando-se pela compensação financeira somente na absoluta impossibilidade da compensação in natura.</p>	<p>Tais pedidos perderam o objeto.</p> <p>Como mencionado o INEA já emitiu, no dia 01.04.2022, a ASV autorizando a supressão de 7,33 hectares de fragmento florestal e de 67 indivíduos arbóreos, na região da Zona Industrial do bairro de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro e Município de Itaguaí.</p> <p>Antes disso, já se estabeleceu a execução indireta de reposição florestal, mediante o depósito da quantia de R\$ 1.967.068,16 (hum milhão, novecentos e sessenta e sete mil, sessenta e oito reais e dezesseis centavos) como medida compensatória pela supressão de vegetação.</p> <p>No que concerne ao pedido "2.7)" especificamente, a KARPOWERSHIP elaborou de Censo Florestal, documento mais completo do que o inventário requerido.</p>





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

	<p>2.7) A realização de um efetivo e adequado inventário sobre as espécies da flora e da fauna presentes no ecossistema e que serão atingidos pelo empreendimento, providenciando-se, caso necessário, um programa de resgate, resguardo e reposição ao ecossistema.</p>	
2.8)	<p>avaliar como o empreendimento contribui para as mudanças climáticas (...)</p>	<p>O licenciamento ambiental vem sendo conduzido de forma absolutamente regular, cabendo ao INEA avaliar tal aspecto.</p> <p>Não obstante, a KARPOWERSHIP já apresentou informações relacionadas à emissão atmosférica no Memorial Descritivo (Evento #1, ANEXO2, pp. 285/287), documento juntado pelo próprio MPF. E, ademais, o INEA ainda elaborar as Instruções Técnicas relacionadas aos estudos ambientais que deverão ser apresentados pelo empreendedor, sendo a emissão atmosférica elemento central de análise em razão da atividade termo-elétrica.</p>
3)	<p>a condenação do INEA na obrigação de fazer, consistente em, após a apresentação do EIA/RIMA, efetivamente proceder à análise global do licenciamento, (...)</p>	<p>O licenciamento ambiental vem sendo conduzido de forma absolutamente regular. Caso a CECA entenda pela necessidade de EIA/RIMA, o estudo será elaborado pelo empreendedor e analisado pelo INEA.</p>
4)	<p>em caso de prosseguimento da ação civil pública, sem que a liminar tenha sido concedida (...), a condenação dos demandados, INEA e da Karpowership Brasil Energia Ltda (CNPJ 43.854.903/0001-42), solidariamente, na obrigação de recuperar as áreas já desmatadas e todo o passivo ambiental existente (...)</p>	<p>O MPF trata de suposta ocorrência de danos hipotéticos e futuros para pleitear reparo, indenização e compensação de danos, o que não se pode cogitar.</p>
5)	<p>a condenação do INEA e da Karpowership Brasil Energia Ltda (CNPJ 43.854.903/0001-42), solidariamente,  indenização e compensação pelos danos causados, seja de natureza material ou extrapatrimonial, incluindo-se os danos morais coletivos causados (...)</p>	



XVI. CONCLUSÕES

136. Por todo o exposto, e reiterando integralmente as manifestações de Eventos #2, #8 e #11, a KARPOWERSHIP requer a Vossa Excelência que:

- a) indefira os pedidos de tutela antecipada formulados pelo MPF, ante a ausência de comprovação dos requisitos autorizadores previstos no artigo 300 do CPC;
- b) acolha a preliminar de inépcia da inicial, julgando o feito extinto sem resolução de mérito, nos termos dos artigos 330, I, 1, III e 485, I, CPC;
- c) acolha a preliminar de ausência de interesse de agir, julgando o feito extinto sem resolução de mérito, nos termos dos artigos 330, III e 485, I, CPC, ante a necessidade de indeferir a petição ante a ausência de interesse processual do MPF para a demanda, conforme acima explicitado;
- d) reconheça a perda de objeto dos pedidos “2.4 a 2.7)”, pelos motivos indicados;
- e) reconheça o interesse jurídico da União, da ANEEL e do Estado do Rio de Janeiro na lide, determinando-se intimação destes para que integrem o feito;
- f) indefira o pedido de inversão do ônus probatório;
- g) quanto ao mérito, caso as preliminares sejam rejeitadas, que julgue totalmente improcedentes os pedidos formulados na inicial, pelos motivos já exaustivamente expostos.

137. A KARPOWERSHIP protesta, ainda, por todos os meios de prova em direito admitidas.





CAMPOS MELLO ADVOGADOS
IN COOPERATION WITH DLA PIPER

138. Reitera, por fim, o pedido para que, nos termos do art. 272,  2 e 5, do CPC, as publicações sejam feitas em nome de todos os signatários, que recebem intimações na cidade do Rio de Janeiro, no endereço Rua Lauro Müller, n. 116, 25 andar, Botafogo, ou eletronicamente, pelo e-mail vilmar.goncalves@cmalaw.com e nathalia.almeida@cmalaw.com.

Nesses termos,
pede deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2022.


Vilmar Luiz Costa Gonçalves
OAB/RJ 111.023


Paulo de Bessa Antunes
OAB/RJ 35.719


Nathalia Guimaraes Fernandes de Almeida
OAB/RJ 222.208

